
NATURALIZANDO A NAÇÃO*: ESTRANGEIROS, APOCALIPSE E O ESTADO PÓS-COLONIAL**

Jean e John L. Comaroff

Universidade de Chicago/American Bar Foundation – Estados Unidos

Resumo: *Este artigo examina a situação do Estado-nação pós-colonial sob o prisma da catástrofe ambiental: como é que “invasores” vegetais podem se tornar uma questão política iminente? O que isto poderia nos revelar sobre as relações cambiantes entre cidadania, comunidade e soberania nacional sob condições neoliberais? Examinando estas questões em relação a um caso proveniente da “nova” África do Sul, postulamos três características centrais das organizações políticas pós-coloniais numa era de laissez-faire: a reconfiguração do sujeito-cidadão, a crise da soberania das fronteiras soberanas e a despolitização da política. Os estrangeiros – sejam eles plantas ou pessoas – reúnem em si, sob tais condições, as principais contradições da demarcabilidade de fronteiras e do pertencimento; e uma natureza-estrangeira fornece a linguagem que dá voz a novas formas de discriminação no seio de uma cultura de “pós-racismo” e de direitos civis.*

Palavras-chave: *África do Sul, ambientalismo, política, pós-colonialismo.*

Abstract: *This paper examines the predicament of the postcolonial nation-state through the prism of environmental catastrophe: how is it that plant “invaders” can become an urgent political issue, and what might this reveal of the shifting relations among citizenship, community, and national sovereignty under neo-liberal conditions? Pursuing these questions in relation to a case from the “new” South Africa, we posit three key features of postcolonial polities in an era of laissez-faire: the refiguration of the subject-citizen, the crisis of sovereign borders,*

* O título original é *Naturing the Nation: aliens, apocalypse and the postcolonial state*. Os autores fazem um jogo de palavras, transformando o substantivo *nature* em um verbo que soa como *to nurture*, o que remete à famosa expressão *nature or nurture* – em português, *natureza ou cultura*. Na falta de expressão melhor, o termo *naturing* foi traduzido aqui por *naturalizando* (N. de T.).

** Uma versão em inglês deste texto será publicada no *Journal of Southern African Studies*, 2001 (Special Edition in honor of the work of Shula Marks).

and the depoliticization of politics. Under such conditions, aliens – both plants and people – come to embody core contradictions of boundedness and belonging; and alien-nature provides a language for voicing new forms of discrimination amidst a culture of “post-racism” and civil rights.

Keywords: *environmental, politics, postcolonialism, South Africa.*

O Calor Branco do Apocalipse,
ou “A Semana em que o Cabo Queimou”

Helicópteros sobrevoando os chamejantes vinhedos de Constantia tornaram-se, nesta semana, o *leitmotiv* do Cabo das Tormentas, quando a península ardeu em chamas produzindo cenas que poderiam ter sido cenário para um mega filme de desastre. Paredes de fumaça surgindo por sobre as montanhas, vindas das praias de Muizemberg... lembravam o Monte Vesúvio, em plena fúria, soterrando as vítimas fugindo de Pompéia... Um pouco acima, pequenos helicópteros zuniam como mosquitos no céu, heróicos em seu propósito, mas servindo apenas para aumentar o sentimento de impotência, ao arremessarem suas bombas de água ridiculamente ineficientes para conter o... avanço das chamas lunáticas.

Mail & Guardian, Johannesburg¹

O que os desastres “naturais” nos dizem sobre a ecologia da nacionalização? Ou sobre o problema do Estado-Nação pós-colonial? Como é que as chamas da catástrofe ambiental poderiam jogar luz sobre o sentido das fronteiras e sobre as tormentosas políticas de pertencimento? Como é que a natureza poderia reconstruir a nação em condições neo-liberais? Mais especificamente, como e por que as plantas, especialmente as plantas estrangeiras, tornam-se questões imperativas para o Estado? E o que elas podem desvendar sobre as relações cambiantes entre cidadania, comunidade e integridade nacional em uma era de capitalismo global? Encontramos duas facetas da “naturalização” na política da pós-colônia ao buscarmos, na África do Sul, respostas a essas questões: a primeira diz respeito à

¹ M. Merten, The Week the Cape Burned, *Mail & Guardian*, p. 6, 21-27 jan. 2000.

assimilação de pessoas, signos e práticas estrangeiros na ordem do cotidiano; a outra, à ampliação da natureza, como álibi, como uma rica alegoria capaz de tornar pessoas e objetos estranhos, forjando, assim, novas distinções sociais e políticas que são fundamentais. No entanto, retornaremos, mais adiante, a tais questões teóricas – acerca da naturalização, do Estado pós-colonial, da ecologia da nacionalização. Antes de mais nada, gostaríamos, contudo, de fazer uma dedicatória. O presente artigo foi escrito para Shula Marks, amiga de longa data, que refletiu de modo perspicaz sobre como têm sido mobilizados, o conhecimento botânico, a preservação do meio-ambiente e a estética da natureza – “a serviço da nação” (Dubow; Marks, 2000), especialmente no que diz respeito às montanhas da província do Cabo. Imbuída de uma apreciação aguçada da beleza natural e de usos sociais desta, ela partilha conosco uma profunda ligação emocional com a paisagem humana e hortícola aqui discutida.

Damos início à nossa narrativa com o fogo.

Apocalipse, em estilo africano

A virada do milênio passou pela África do Sul sem incidentes; isto se deu apesar dos temores públicos de que houvessem ondas de violência e destruição em massa. Duas semanas depois da passagem, a Cidade do Cabo pegou fogo. De repente, numa tarde de sábado excepcionalmente quente e seca, o campo começou a arder em chamas em alguns focos espalhados nos arredores da região metropolitana. Fortes ventos sudestes carregaram paredes de chamas por sobre as encostas montanhosas imponentes da Península do Cabo, ameaçando tanto residências e construções históricas quanto as precárias moradias de posseiros. À medida que todos aqueles que se encontravam no caminho daquele inferno eram evacuados, a televisão sul-africana [SATV, *South African TV*] exibia imagens desconexas da colaboração civil: dos pobres ajudando-se uns aos outros a carregarem paupérrimos pertences de seus barracos condenados; dos ricos jogando seus bens de maior valor para dentro de piscinas e passando baldes d'água em fila².

² M. Merten, A Chronology of Destruction, *Mail & Guardian*, p. 7, 21-27 jan. 2000; V. Foxcroft, Flames Past, Present – and Future?, *Cape Times*, p. 11, 3 fev. 2000; Kaap Lek Sy Wonde; Weskus Veg Met Uit Noorde, *Die Burger*, p. 1, 21 jan. 2000; Bookkie se Trane, *Die Burger*, p. 8, 22 jan. 2000.

Como o mato continuava a queimar, helicópteros da força aérea deram milhares de toneladas de água sobre as chamas na segunda-feira. Voluntários ajudavam a corpos de bombeiros, vindo de lugares tão distantes quanto Pretória, a mais de 1.500 km ao norte da Cidade do Cabo. Reportagens contínuas contavam a triste história que incluía a morte de um bando de chitas [*Acinonyx jubatus*] e avestruzes [*Struthio camelus*], queimados vivos nos parques de *safari* locais, o risco de destruição de igrejas históricas pelo fogo e a incineração completa de vinhedos conhecidos mundialmente. A Cidade Mãe sofria sob um cobertor de fumaça à medida em que choviam cinzas sobre suas ruas e praias. Registrou-se um aumento de vinte por cento no nível de poluição do ar, tornando obrigatório o fechamento de muitas das principais avenidas. Ordem foi dada por parte dos quartéis-generais navais nacionais cancelando o desembarque de marinheiros enquanto as chamas tragavam prédios administrativos importantes.

No total, cerca de 9.000 hectares foram queimados. As montanhas continuaram a arder tristemente por semanas. As paixões da população, também. Um homem foi acusado de atacar violentamente um jovem suspeito de ter começado um fogo em uma estrada rural³ e acusações foram feitas em muitos sentidos, nenhum dos quais politicamente ao acaso. O fogo é endêmico à região e à regeneração da sua vegetação; aqueles que lucram com seu subsídio não têm escolha senão conviver com o risco. Esta deflagração em escala jamais dantes vista, contudo, deu lugar a temores acerca da sustentabilidade mesma do reino natural no “Cabo mais belo”. O fogo, chamado por alguns de “o holocausto”, dominou o discurso público durante semanas. As suas cicatrizes expostas e proporções apocalípticas evocaram ansiedades fundamentais e um desejo quase obsessivo em se construir o fogo como um presságio, uma acusação, uma chamada à guerra. Esta profecia pública – o debate nas ruas, na mídia, no palácio do governo – revelou a complexa ecologia social, que o fogo tinha começado, permitindo que ela esclarecesse de modo profundo as condições-de-ser no Estado pós-colonial.

Um apocalipse, é claro, logo se torna história, num processo que Davis pertinentemente chama de “a dialética do desastre cotidiano” (Davis, 1995). Assim, enquanto, em um primeiro momento, pode-se dizer que a discussão sobre o fogo foi selvagem e disputada, retratada através das

³ N. Joseph, Man Arrested For Beating Up Young Fire Bug, *Cape Argus*, p. 5, 2 fev. 2000.

diversas facetas do interesse comum, com o tempo, a discussão seria reduzida a uma interpretação dominante. É bom que se diga que tal interpretação dominante nunca foi partilhada por todos. Como veremos, algumas pessoas, que mal e mal tinham voz na mídia, faziam uma leitura diferente das questões aqui envolvidas. É verdade que o ponto de vista dominante *conseguiu* um amplo consenso; foi um consenso tão amplo que autorizou fortes ações governamentais e uma grande colaboração por parte da sociedade civil. Esta era, evidentemente, uma instância de uma “ideologia-em-construção”. Enquanto tal, sua eficácia dependia, primeiramente, da capacidade de produzir uma explicação plausível e parcimoniosa que desse conta da extensão do fogo. Entretanto, também foi capaz de fazer com que as chamas iluminassem uma paisagem implícita de afetos e ansiedades, de inclusão e intrusão, de prosperidade e perdas. Ela levou, através de um apanhado de referências viesadas, a deflagração do fogo a outros domínios da experiência pública, domínios nos quais imagens naturais enquadram questões imperativas de ser-e-identidade. Especialmente, de ser-e-identidade no corpo do “novo” Estado-nação.

No calor inicial das discussões, os primeiros culpados pelo incêndio foram pontas de cigarros jogadas no chão e fogueiras abandonadas em acampamentos. Esta explicação, contudo, foi logo substituída, na “opinião oficial”, por uma tese de fogo criminoso, uma tese que tinha algum apoio em evidências circunstanciais. Alguns chegaram a identificar uma nova frente na campanha de terrorismo urbano, atribuída amplamente ao fundamentalismo islâmico, que havia tomado a Península do Cabo há vários anos⁴. O discurso então mudou bruscamente de rumo, fixando-se em uma etiologia que ganhou força extraordinária: fosse qual fosse a causa inicial do incêndio, o fogo atingiu proporções tão calamitosas apenas devido à presença de plantas estrangeiras invasoras que queimam mais e mais facilmente do que a flora nativa. Conselheiros do governo diziam que até pode ser verdade que o fogo é uma “parte natural” do ecossistema do Cabo, mas o fato é que a presença de estrangeiros invasores havia modificado significativamente aquele sistema⁵. Crescia cada vez mais a afronta

⁴ B. Jordan, Ash City: Why the Fires Were So Bad, *Sunday Times*, p. 7, 23 jan. 2000.

⁵ Guy Preston, conselheiro principal de Ronnie Kasrils, Ministro de Assuntos Hídricos e Florestais [*Minister of Water Affairs and Forestry*], citado em J. Yeld, Force Landowners to Clear Invading alien Plants, *Sunday Argus*, p. 7, 22-23 jan. 2000.

contra estes estrangeiros, principalmente nos jornais de língua inglesa; a mídia *africanêr* tinha um programa ideológico um pouco diferente (ver abaixo). Denunciaram-se proprietários de terras que supostamente haviam permitido que tais invasores tivessem se espalhado, sem controle, colocando vida e tronco, até mesmo “nosso patrimônio natural”, em risco⁶.

A herança tornou-se um constructo conjugado com os mercados globais que destroem a riqueza única das nações, forçando-as a redefinirem a sua noção de patrimônio. Também são forçadas a redefinirem o seu valor material: o prefeito da Cidade do Cabo, por exemplo, tem por hábito descrever Table Mountain como “uma inspiração nacional”, cujo valor enquanto bem “pode ser medido por cada visitante que [a montanha] atrai”⁷. Não por acaso, atualmente a África do Sul está envolvida em um processo que busca reivindicar que a Península do Cabo seja declarada um “Sítio de Patrimônio Mundial”, em reconhecimento à sua incomparável biodiversidade. Este patrimônio está incorporado, sobretudo, no *fynbos* (“mato fino”, em linguagem *africanêr*; de *fijn bosch*, em holandês)⁸, os arbustos e *heath* [*Erica* ou *Calluna*] sempre verdes, esclerofílicos ou de folhas pequenas que predominam na vegetação das montanhas e promontórios da costa do Cabo (Day; Siegfried; Louw; Jarman, 1979; Krueger, 1978). O *fynbos* se tornou, nas últimas décadas, a principal encarnação das belezas frágeis e produtoras de riquezas da região; e, na justa medida em que se tornou tal encarnação, ambientalistas locais ficaram cada vez mais convencidos de que o *fynbos* está envolvido em uma batalha mortal contra invasores estrangeiros, que ameaçam reduzir todas suas riquezas a uma “monotonia impenetrável” (Hall, 1979, p. 134).

O incêndio reviveu tudo isso. As primeiras páginas dos jornais estampavam manchetes como “Acorda Cidade do Cabo!”⁹, tendo como fundo a imagem de um lírio vermelho despontando, como uma fênix, de uma superfície recoberta de cinzas. Surtiram poucos efeitos sobre o espírito pú-

⁶ Yeld, Force Landowners, p. 7; L. de Villiers, Presidente do Fórum da Península da Montanha [*Península Mountain Fórum*], Take Decisive Steps to Avoid Future Fire Disaster, carta endereçada ao *Cape Times*, p. 11, 28 jan. 2000.

⁷ *Ukuvuka the Biggest Ever*, editorial, *Cape Times*, p. 10, 7 fev. 2000.

⁸ R. Cowling e Richardson (1995, p. 21) sugerem que o nome pode ser uma indicação de que os primeiros colonizadores holandeses acharam que esta espécie de vegetação do Cabo era fina demais para ser cultivada como madeira para construção.

⁹ J. Yeld, Wake Up Cape Town, *Cape Argus*, p. 1, 7 fev. 2000.

blico os esforços dos botânicos para acalmar a histeria – insistindo que “o fogo no *fynbos* é normal”, não um “terrível acidente em termos de biodiversidade”¹⁰. Permitindo que um raro momento de ironia relampejasse em meio à ansiedade do milênio, um cartunista desenhou um OVNI pairando sobre a Cidade do Cabo, assistindo a cidade afundar em um mar aquecido-globalmente, com os topos de suas montanhas cobertos por uma flora estrangeira. De cima da espaçonave, observando a cena, um dos tripulantes afirma “parece que eles têm um problema com os alienígenas”¹¹.

Se tinham um problema com alienígenas? Realmente, soubesse ele ou não, o cartunista havia tocado fundo em uma questão nevrálgica: a ansiedade sobre a flora estrangeira gesticulava na direção de uma paisagem submersa pelo pânico civil e alarme moral. De modo significativo, cerca de duas semanas depois, quando terríveis enchentes mais ao norte se seguiram ao fogo, outra manchete satirizou: “Primeiro o fogo, agora enchentes – a seguir sapos?”¹². No momento da publicação desta manchete, já não causava surpresa ler que especialistas acusavam “imensas florestas de árvores estrangeiras” de “terem provocado todos os problemas” na inundada Província Mpumalanga¹³. Nesta província, uma das regiões mais pobres do país, culpavam-se as “enormes áreas cobertas por plantas invasoras estrangeiras”, os vastos reflorestamentos de poderosas madeiras, por impedir a capacidade de plantas nativas de atuarem como “esponjas naturais”¹⁴. Mais ou menos na mesma época, uma das principais notícias da imprensa nacional, aparentemente sem relação com isso, relatava uma batida feita pela Unidade de Investigação de Estrangeiros [*Aliens Investigation Unit*] dos Serviços Policiais Sul-Africanos em um clube de luxo em Joanesburgo, batida esta feita ostensivamente porque o clube empregava um crescente exército de profissionais do sexo sem documentos e de saúde precária provindo do exterior¹⁵.

¹⁰ Richard Cowling, distinto estudioso do bioma do *fynbos* do Cabo, citou “The Peninsula’s Fynbos Will Flourish Again”, *Sunday Argus*, p. 6, 29 jan. 2000.

¹¹ Chip, They Seem to Have a Problem With Aliens, *Cape Argus*, p. 23, 27 jan. 2000.

¹² I. Powell e H. Hogan, First Fires, Now Floods – Next Frogs?, *Mail & Guardian*, p. 9, 11-17 fev. 2000.

¹³ F. Macleod, The Trees That Caused All Trouble, *Mail & Guardian*, p. 8, 11-17 fev. 2000.

¹⁴ Salienta-se aqui Guy Preston, o especialista que teria correlacionado a vegetação estrangeira aos fogos no Cabo (acima, n. 7); F. Macleod, The Trees That Caused All Trouble, p. 8 (veja também abaixo).

¹⁵ Burbidge, The Best Little Whorehouse in the Civil Service, *Saturday Star*, p. 1-1, 12 fev. 2000.

Poucos dias depois, o público sul-africano ouviu a promessa, mais uma vez veiculada em todas manchetes, de instituir uma “política no estilo norte-americano de livrar a África do Sul de estrangeiros ilegais”¹⁶.

O que é exatamente que estava em jogo neste fluxo de consciência mediada pelas massas, nesta ladainha da nação-estrangeira? Por que, como disse um jornalista, esta propensão em “se jogar toda a culpa nas plantas”?¹⁷ O que será que tudo isso nos diz a respeito do significado de pânico morais dentro da África do Sul, ou de ameaças percebidas à nação e ao seu patrimônio? Já foi observado, em outros lugares, que uma retórica apaixonada sobre a autoctonia, para a qual a contrapartida é o ser estrangeiro, tem avançado lentamente ao lado de outras imagens de pertencimento ao final do século XX; também se observou que no mundo inteiro parece que cada vez mais cresce um fetichismo das origens, por oposição à crença liberal do *laissez-faire* (Geschiere; Comaroff, 2000). Ora, mas por quê? Por que razão a questão da delimitação de fronteiras e de suas transgressões, de pertencimento e cidadania, tornou-se uma questão tão incendiária, tão polêmica, neste momento da história dos Estados-nação pós-coloniais, e da África do Sul em particular? Por que motivo a natureza se apresenta, diante de uma de suas facetas, a da mata queimada, como um alibi persuasivo para se conceber a nacionalização e as fronteiras nacionais? E como é que, por sua vez, a naturalização da nacionalidade se relaciona à construção de identidades mais antigas, enquadradas em termos de história, cultura, raça, etnicidade? Será que aqui um discurso público ansioso a respeito de espécies de plantas invasoras é um discurso que se refere a um problema existencial, um problema que atualmente se sente no coração mesmo de todos Estados-nação – o problema de se saber em que consiste a integridade nacional, o que podem *significar* nacionalização e pertencimento, o que estas coisas implicam moral e materialmente, numa época em que o capitalismo global parece ameaçar em todos lugares a soberania das fronteiras e deslocar a política do cotidiano?

A formulação destas perguntas não deve ser entendida como uma forma de se minimizar o perigo real instituído pelos incêndios e enchentes; tampouco como uma forma de se menosprezar os esforços para explicar e

¹⁶ R. Brand, US-Style Bid to Rid SA of Illegal Aliens, *The Star*, p. 1, 14 fev. 2000.

¹⁷ Merten, Blame it on the Weeds, *Mail & Guardian*, p. 7, 21-27 jan. 2000.

administrar os incêndios e enchentes com referência aos efeitos da flora estrangeira. É justamente *porque* estas questões são tão reais e imperativas que elas ganham tamanha força e sentidos. Não podemos ignorar que alienígenas de toda espécie se tornaram uma preocupação pública na África do Sul logo depois da virada do milênio, e uma preocupação que se estendia para muito além dos limites usuais da Botânica, dos limites das ciências ambientais, até mesmo além dos imperativos de qualquer controle de desastre. Nós estamos aqui preocupados com estes excessos. Pois, como nós já deixamos entrever, uma história importante é contada através da explosão de eventos, emoções e argumentos “depois do incêndio” sobre cidadania, identidade e construção-de-nação nesta e em outras pós-colônias.

Retrospectivamente, colocando em perspectiva o estado-nação pós-colonial

Antes de mais nada, comecemos pelo princípio. Escrevemos aqui desde uma perspectiva especificamente africanista quando dizemos que o Estado-nação pós-colonial não é algo definido, apesar da tendência de se falar no singular. A expressão se refere a uma *formação* histórica instável, uma categoria multívoca de organizações-políticas-em-movimento. Sabidamente, a África do Sul é o último país que se subsumiu a esta categoria. Assim, este país revela com imensa clareza muitas das obsessões contemporâneas da pós-colonialidade, muitas das contradições em que se esbarra na tentativa de se transformar em uma organização política moderna em tempos pós-modernos neo-liberais. Essa tentativa, aquelas obsessões, invadem diferentes domínios de ser-no-mundo coletivos: invadem os esforços para se chegar a termos significativos com os quais se possa construir um sentido de pertencimento – e, portanto, de uma comunidade material e moral – em circunstâncias que privilegiam a diferença; invadem o empreendimento de se regular fronteiras soberanas sob condições globais que não apenas encorajam o movimento transnacional de mão-de-obra e de capital, de dinheiro e de bens, como também os tornam uma condição necessária para a riqueza das nações; invadem as controvérsias frequentemente tão amargas suscitadas à medida em que as pessoas afirmam vários tipos de identidade quando reivindicam direitos e interesses; invadem os atormentados discursos públicos sobre o alcance ideal de constituições do século XXI e, principalmente, sobre a proteção a direitos individuais nestas; invadem os processos complicados através dos quais o governo,

organizações não-governamentais, cidadãos agindo em nome da sociedade civil, e outros segmentos sociais buscam demarcar uma divisão do trabalho político e social; invadem as implicações de insegurança sobre o desmoroamento da ordem pública, sobre o crime organizado e não-organizado, sobre a corrupção e o seu controle.

Nem sempre tais questões dominaram os discursos de Estados-nação pós-coloniais – observe-se que aqui nos utilizamos do plural – nem saturaram suas esferas públicas. Há muito estas organizações políticas observam fluxos em massa de imigrantes humanos, animais e vegetais cruzando fronteiras soberanas (Crush; Jeeves; Yudelman, 1991); contudo, a presença de alienígenas nunca havia ocasionado o mesmo tipo de alarma que o faz hoje em dia¹⁸. Como esta transformação mesma sugere, muito mudou desde o princípio da era pós-colonial, uma era ainda hesitantemente definida por uma pré-fixação daquilo que ela não é. Percebe-se que as pós-colônias passaram por duas épocas, mesmo quando se fala nos mais grosseiros dos níveis; a análise desta passagem joga luz sobre grande parte do presente.

Transições entre épocas: do passado à pós-colônia

A primeira época das pós-colônias nasceu, histórica e figurativamente, na Índia, à meia-noite do dia 14 de Agosto de 1947. Ela durou, aproximadamente, quarenta anos. Nas grandes narrativas do Império, convencionou-se associar este período à *descolonização* do Terceiro Mundo. Este período também é aquele em que os novos Estados africanos ganharam a promessa de autonomia e crescimento separadas pelas realidades do *neocolonialismo*, que apavorava estes Estados com uma espécie de pedágio impossível de dívida e dependência. As grandes narrativas falam então que o ideal da democracia em estilo europeu, chamado de “o fardo do homem negro” por Basil Davidson (1992), foi dando lugar, nestas condições, a regimes cada vez mais autoritários, uma transição projetada por sua vez pelos imperativos da Guerra Fria das I e II Guerras Mundiais. Não é necessário que nos atenhamos a detalhes aqui. O mais importante por enquanto é compreender que em seus primeiros anos, em sua formação

¹⁸ M. Reitzes, Alien Issues, *Indicator*, 12, 1, p. 7, 1994.

mesma, a pós-colonialidade foi o produto da “velha” ordem política internacional, do modo com que esta organizou fronteiras soberanas no sistema capitalista industrial mundial. Naquela ordem, pessoas, plantas, bens e moedas cruzavam fronteiras sob uma regulamentação estatal normativamente-reconhecida e imposta com maior ou menor grau. Alarmistas europeus, de tempos em tempos, conclamavam a repatriação de imigrantes ou o controle rigoroso sobre a flora e fauna estrangeiras. A passagem através de fronteiras, principalmente aquelas que seguiam as coordenadas de antigos mapas coloniais – o império britânico, francês, o Atlântico negro – era, entretanto, tida como uma parte rotineira das funções burocráticas dos governos por toda a parte.

Na genealogia dos Estados pós-coloniais, aquela que é tida como a segunda época, a que nos diz mais respeito aqui, é muito diferente. Bayart (1993) afirma que podemos datar a sua origem em 1989, quando “a maior parte dos países africanos abaixo do Sahara” começaram a viver “uma onda sem precedentes de exigências por democracia”. Estes eventos resultavam do mesmo movimento histórico-mundial que transformou a Europa Central e que ecoou por todo o planeta naquele momento: o amadurecimento *político* do capitalismo global neoliberal – é patente que as suas raízes econômicas e o seu *ethos* são muito anteriores à década de 1980. Ainda de acordo com as grandes narrativas, este movimento mundial-histórico metamorfoseou a velha ordem internacional em um universo mais fluído, eletronicamente-articulado e dirigido para o mercado: um universo no qual instituições supra-nacionais florescem; no qual o espaço e o tempo são radicalmente redefinidos; no qual a geografia é forçosamente reescrita; no qual identidades transnacionais, relações de diáspora, desastres ecológicos e a mobilidade de populações humanas desafiam tanto a natureza da soberania quanto a soberania da natureza; um universo no qual “a rede” volta a ser a metáfora dominante para o tecido social; no qual a liberdade é destilada até que se extraia a sua essência pós-moderna, o direito de se escolher identidades, subjetividades, bens, sexualidades, localidades, e outras formas de representação coletiva.

Ora, segue-se então que a segunda época das pós-colônias tem sido caracterizada por bem mais do que um simples movimento “de retorno” à democracia. Enquanto o renascimento da política participatória *de fato* tem reanimado algumas das instituições de governabilidade antes eclipsadas na

África, durante os anos que se seguiram à “independência” (Haberson, Rothchild; Chazan, 1994), a promessa desta política de fornecer maior poder ao “público” em questões do Estado surgiu no entrecruzamento com a saída do poder institucional da maior parte dos Estados, dispersando-se em muitos espaços e tornando-se totalmente impalpável: em corporações e associações transnacionais, em organizações não-governamentais, no crime sindicalizados, em esquemas pára estatais privatizados e obscuros (Roitman, 1998). Isto talvez explique, ao menos em parte, a razão pela qual tem havido uma forte e contínua ênfase na reconstrução da sociedade civil desde 1989. Argumentamos, em outro contexto (Comaroff; Comaroff, 1999, 2000), que a força da sociedade civil, enquanto uma convocação para ação, está em uma relação inversa à sua densidade e conteúdo, enquanto um conceito; que a sua qualidade atrativa é em grande medida dependente de sua incoerência, de sua vacuidade. Nós também já argumentamos que a sua retomada, enquanto um velho fetiche reavido no final do século XX, tem um forte paralelo com a sua primeira ascensão no final do século XVIII. Em cada um destes casos, ela foi trazida à tona sob condições de rápida transformação: condições em que a economia e a sociedade, a comunidade e a família, a identidade e a divisão social do trabalho, presentes e futuras, foram questionadas.

A existência mesma da “sociedade”, certamente, *está* sendo analisada no mundo inteiro no momento; diz-se *de fato* que a comunidade e a família estão em risco; *está-se* percebendo uma mudança incontrolável na natureza do trabalho; sente-se *realmente* que a masculinidade está ameaçada com a reconstrução de papéis e relações de gênero. Mais, as políticas de luta ideológica cedem lugar ou transformam-se em políticas de interesse, à medida em que a “geração-eu” se desdobra em uma “geração-nós”. E a própria geração, sob a forma de *juventude*, torna-se um vetor principal da ação política, um problema, um princípio ainda mais saliente de distinção social.

Afirma-se crescentemente que “o” Estado, por sua vez, uma entidade cada vez mais polimorfa, está em crise perpétua (Worby, 1998), o seu poder cada vez mais disperso, a sua legitimidade testada por dívidas, doenças e pobreza, o seu controle executivo repetidas vezes levado ao limite e, principalmente, a sua hífen-nação – isto é, a articulação do Estado à

nação, a articulação de o Estado-nação – sendo desafiada por tudo¹⁹. Mbebe (1992, p. 3) afirma que, nestas circunstâncias, “a pós-colônia” tende a ser “caoticamente pluralística”, mesmo quando revela um semblante de “coerência interna”. É por isso mesmo que, como muitas vezes se diz, regimes pós-coloniais revelam uma forte predileção por apelar a magicalidades, especialmente, para antecipar o que virá, sob o signo da autoctonia. É claro que não é novidade alguma o fato de que os quadros governistas se servem de meios mágicos para fazer o que deveria ser a hífen-nação. O recurso, entretanto, ao excesso ritual mediado pela massa – para produzir poder estatal, para evocar unidade nacional e para persuadir os cidadãos da realidade de ambos – está *de fato* presente de maneira preeminente na segunda era pós-colonial; em uma proporção bruta, talvez, à percepção populista de crises. Assim, nas regiões da África em que a custódia do governo é estendida, então, conforme Worby, a autoridade destes governos se tornou dependente da execução de cerimoniais cotidianos, extravagantes em sua teatralidade; sujeitos-cidadãos, diz ele ainda, convivem com o Estado em um híbrido promíscuo de acomodação e recusa, poder e paródia, incorporação e alienação (Mbembe, 1992, p. 3; Worby, 1998, p. 560, 562).

Pertencimentos, fronteiras, autoctonia, antipolítica

Enquanto estes sintomas da segunda época do pós-colonialismo são o conteúdo do discurso público ansioso por toda a África, repete-se por demais o retrato desanimador estereotipado de Estados que se desmantelam, de nações se aproximando de um estado de natureza hobbesiano único, da própria natureza fora de controle; a sociologia política do pós-colonialismo é muito mais complexa, mais diversa, do que tal retrato nos permite perceber. Ao mesmo tempo, tanto as contradições quanto as percepções da crise vivida por muitas pós-colônias são parte de uma condição mais ampla. Referimo-nos, evidentemente, ao assunto tão debatido do presente e futuro do Estado-nação sob o impacto da globalização. Nós já oferecemos em outro momento um longo comentário a esta questão, bus-

¹⁹ Veja, a este respeito, a observação de Appadurai, agora já datando uma década, de que o hífen que liga a expressão Estado-nação é muito menos um ícone de conjunção e muito mais um de disjunção (Appadurai, 1990, p. 14).

cando mapear a transformação da organização política moderna na Era do Capitalismo Neoliberal (Comaroff; Comaroff, 2000). Contudo, é suficiente, aqui, observar apenas três coisas a respeito desta transformação.

A *primeira* tem sua origem na reconfiguração do sujeito-cidadão moderno. Um dos corolários da mudança da nacionalização na era neoliberal, principalmente depois de 1989, tem sido uma explosão de políticas de identidade. E não apenas políticas étnicas, mas igualmente de políticas de gênero, sexualidade, idade, raça, religiosidade, combinação econômica, estilo de vida e, também, inclusive, de classe social. Conseqüentemente, imaginar a nação raramente supõe hoje em dia uma fraternidade horizontal profunda (Anderson, 1983). Enquanto a maior parte dos seres humanos ainda vivem como cidadãos *em* Estados-nação, eles tendem a ser apenas condicional, parcial e situacionalmente cidadãos *de* Estados-nação. As lutas de identidade, que vão desde alterações por recursos até o combate genocida, parecem ser iminentes em praticamente todos lugares à medida em que a identidade pessoal é imersa – existencial e metonimicamente – em afirmações de essência coletiva, de substância inata e sentimento primordial, que se aninham na ou atravessam a organização política.

Em suma, a homogeneidade enquanto “fantasia nacional” (Berland, 1991) está dando lugar ao reconhecimento da irredutibilidade das diferenças; tanto é assim que até mesmo países conhecidos há muito pela sua falta de diversidade – como o Botswana – são hoje em dia palco de lutas de identidade. A cultura, a um só tempo essencializada e aberta à constante reinvenção, torna-se ainda mais uma espécie de posse, um bem a ser patenteado, transformada em propriedade intelectual, mercantilizada, promovida, consumida (Coombe, 1998; Hegeman, 1991). Tudo isso coloca ainda maior ênfase e tensão sobre a hífen-nação. Quanto mais diversificados os Estados-nação se tornam na sua sociologia política, mais alto é o nível de abstração em que existe “o Estado-nação”, mais convincente parece ser a ameaça de sua ruptura. E também torna-se mais imperativo adivinhar e negar qualquer coisa que se perceba como uma ameaça a esse. Como observa Harvey, os Estados sempre tiveram que evocar “uma definição de interesses públicos sobre e acima das... questões sectárias e de classe” (1990, p. 108). Frente a afirmações cada vez mais assertivas sobre a sociedade e o Estado, de afirmações feitas em nome de diferentes tipos de identidade, uma solução que tem se apresentado tem se baseado na

autoctonia: ao elevar à condição de princípio primeiro os interesses e ligações inefáveis – a uma só vez materiais e morais, que se seguem do “enraizamento” nativo – e os direitos especiais, a um *local de nascimento*. Esta não é tampouco uma solução meramente estratégica que atraia apenas àqueles envolvidos diretamente com o governo; ela encontra ecos em medos populistas que são sentidos profundamente – e encontra eco também nas predisposições dos cidadãos de todos os tipos de projetar ansiedades comuns sobre forasteiros.

É claro que a autoctonia está implícita em muitas formas de identidade; ela também se liga a lugares dentro de lugares, a partes dentro de todos. Enquanto uma forma de afirmação contra alienígenas, contudo, a mobilização da autoctonia parece estar crescendo em proporção direta à hifenização cindida da organização política soberana, à sua porosidade e impotência, popularmente percebidas, diante de forças exógenas. Cidadãos *em* Estados-nação contemporâneos, sejam eles ou não os primariamente cidadãos *de* Estados-nação, parecem ser extremamente capazes de re-imaginar a nacionalização de modo a abarcar a necessidade das diferenças internas: expressões como “multiculturalismo”, “nação arco-íris”, e outras que soam como estas nos fornecem um dialeto de acomodação, mesmo em meio a contestações amargas. Quando, entretanto, chegamos aos limites daquela diferença, a autoctonia se transforma em uma última fronteira. Sejam quais forem as outras identidades do sujeito-cidadão da organização política do século XXI, ele ou ela é necessariamente ou bem um autóctone, ou bem um alienígena. Não apenas ele ou ela. Qualquer coisa passa a ser. Como vimos, e ainda examinaremos em maiores detalhes, as coisas também podem receber o estatuto de “nativo” ou de “outro”.

A *segunda* coisa a ser observada sobre a transformação da organização política moderna na Era do Capitalismo Neoliberal vem em seguida à primeira: ela diz respeito à obsessão das organizações políticas contemporâneas com o policiamento de fronteiras – e, portanto, com os limites da soberania. Grande parte do debate sobre a “crise” do Estado-nação se sobrepõe à contenda de que governos não podem mais controlar o fluxo de moedas e instrumentos comerciais, de mão-de-obra e bens, de flora e fauna, de informação, de substâncias ilegais, de alienígenas indesejados. É verdade, evidentemente, que fronteiras internacionais sempre foram mais ou menos porosas. As tecnologias de compressão do espaço e do tempo,

contudo, *de fato* parecem ter ensejado uma torrente de mudanças nos padrões e índices do fluxo global, seja este fluxo de humanos, seja ele virtual. É precisamente por isto que tantos Estados, muito provavelmente, agem como se eles estivessem constantemente sujeitos tanto a invasões de fora quanto a um peneiramento do que deve adequadamente permanecer dentro de seus limites. A África do Sul, por exemplo, lamenta a saída de tantos de seus cérebros e astros esportivos²⁰ – e ao mesmo tempo se angustia xenofobicamente com a entrada de milhões de imigrantes, *makwerekwere*, que, como veremos, freqüentemente sofrem terríveis violações em termos de direitos humanos²¹.

Cresce na Europa Ocidental uma xenofobia do mesmo tipo. A maior parte dela se centra em trabalhadores migrantes “inassimiláveis”, mas nem sempre – basta lembrarmos do medo britânico de que o Túnel [*Channel Tunnel*] iria expor a Inglaterra a infestação por pestes, de que a entrada do Euro prenunciava o fim da libra esterlina como a sua moeda soberana, de que a autoridade de tribunais europeus destruiria o seu domínio legal (Darian-Smith, 1999). Podemos acrescentar a estes exemplos a fóbica reação francesa à entrada de produtos culturais norte-americanos; ou ainda os esforços italianos em proteger a *grappa*, uma bebida que se tornou um bem intelectual nacional, contra produtores estrangeiros. Todas essas reações expressam, igualmente, ansiedade frente ao fluxo global, com relação a fronteiras e suas aberturas. Afinal, a globalização provocou respostas antagônicas não apenas entre os povos dos Estados-nação menores e/ou menos poderosos, para os quais ela se representa como uma forma de colonialismo em uma nova roupagem, quase toda norte-americana; nem tampouco apenas entre a parte marginalizada do mundo: “a esquerda européia mal e mal se distingue de uma direita cuja fé no *laissez-faire* global só é suplantada por uma defesa histórica de soberanias evaporadas e poderes nacionais atrofiados”, conforme recentemente observou Jeremy Seabrook²².

Contudo, nossa questão não é apenas assinalar a crescente preocupação com fronteiras e com as suas transgressões. Nossa questão é também observar que esta preocupação é, ela mesma, o resultado de um paradoxo. Nas condições globais contemporâneas, dada a lógica do capitalismo

²⁰ Ver, e. g. Official Figures for Brain Drain Released, *The Star*, p. 2, 14 mar. 2000.

²¹ R. Kadalie, Defy Barney's Thought Police, *Mail & Guardian*, p. 31, 18-24 fev. 2000.

²² J. Seabrook, Racists and Hypocrites, *Mail and Guardian*, p. 22, 18-24 fev. 2000.

neoliberal, os Estados-nação se encontram duplamente constrictos. Para poderem fazer parte daquela economia, para acumular o valor que ela produz, os governos devem ao mesmo tempo abrir suas fronteiras e assegurar-las: por um lado, devem desregularizar tanto quanto possível o movimento de moedas, bens, pessoas e serviços, facilitando assim o influxo de riqueza; por outro, devem regularizá-las estabelecendo zonas delimitadas de vantagem competitiva de modo a atrair manufatura, mídia, investimento, tecnologia de informação transnacionais e o tipo “certo” de migrantes – entre eles, turistas, pessoas altamente capacitadas, ONGs, consultores de desenvolvimento, até mesmo trabalhadores que irão trabalhar por menos e que sejam mais afáveis do que aqueles da região, sem direito a reivindicar um pertencimento. Deste modo, o Estado-nação se transforma – mesmo que muitas vezes apenas em termos de sua aspiração e não em sua realidade – em um mega empreendimento administrativo, um negócio no negócio de atrair negócios. Esta transformação é em benefício de “quem tem mais”, de quem tem o desejo de se tornar, ao mesmo tempo, cidadão do mundo e ainda assim sujeito de corporações com direitos ao bem comum de uma organização política soberana. Ora, o corolário é evidente. A fronteira é uma amarra dupla porque a prosperidade nacional parece exigir, mas ao mesmo tempo é ameaçada, *tanto* pela abertura quanto pelo fechamento. Não devemos nos espantar, portanto, com o fato de nos depararmos com a *angst*, a sensação de ansiedade, o debate público constante em tantos lugares, acerca do que deveria ou não ser permitido em, o que é ou não de interesse coletivo – e para quem.

O *terceiro* traço do predicamento do Estado-nação que percebemos é, dito sem meias-palavras, a despolitização da política. O argumento é o seguinte: o capitalismo neoliberal, em sua fase totalmente englobante e triunfal, não oferece alternativas ao *laissez-faire*; não há qualquer outra coisa que pareça sequer plausível – nenhuma outra ideologia, nenhum outro sistema econômico político. A principal questão então que as políticas públicas devem esclarecer é como suceder na “nova” ordem mundial. Por quê? Porque esta nova ordem esconde a sua plataforma ideológica nos ditames da eficiência econômica e do crescimento do capital, no fetichismo do mercado livre, nas exigências da ciência e da tecnologia. Sob a sua hegemonia, o social é dissolvido no natural, no biológico, no orgânico (El-

Hag, 2000). Conforme Xolela Mangcu, as “opções políticas” para a África do Sul são:

despolitizadas e lhe são dadas um ar de verdade técnica. As políticas públicas que são implementadas são aquelas que recebem o apoio de “coalizões para o crescimento” que giram em torno do governo, da indústria, da mídia e de outros grupos interessados... estas coalizões modelam o consenso nacional acerca de prioridades.²³

A política, então, fica assim reduzida ou bem à busca de vantagem, pura e simplesmente, ou bem a lutas sobre interesses e questões “específicas”: meio-ambiente, aborto, sistema de saúde, bem-estar do menor, estupro, violência doméstica, direitos humanos, pena de morte e outros. Nestas circunstâncias, observa-se uma forte tendência para questões que requerem atenção imediata – questões frequentemente levantadas por catástrofes ambientais e justificadas por meio dos imperativos técnicos da natureza – a se tornarem o conteúdo mesmo da ação coletiva, cruzando linhas mais antigas, até mesmo mais anacrônicas, de comprometimento social e ideológico. Cada uma destas se torna o foco das atenções públicas, tornando-se um assunto “quente”, e depois se extingue; suas brasas então são enviadas aos recessos da consciência coletiva, podendo se reacender se atizadas por condições contingentes ou por combinações vocais, ou por ambas.

O nosso uso da imagética do fogo – agora situada no quadro mais amplo dos imperativos do Estado-nação pós-colonial, a sua localização no mundo globalizado do capitalismo neoliberal, a sua sociologia política contemporânea, as suas formas alteradas de cidadania, as suas obsessões com fronteiras, delimitações, estrangeiros e autoctonia, os seus deslocamentos do político – deve nos levar agora aos eventos apocalípticos da Cidade do Cabo na virada do milênio.

²³ X. Mangcu, *The Score So Far: Poverty Alleviation 0, Soccer World Cup 10*, *The Sunday Independent*, p. 8, 12 mar. 2000.

Naturalizando a nação

[...] Ralph Waldo Emerson, falando do impacto da imigração, disse uma vez que “a nação, como uma árvore, não viceja até que seja enxertada com um elemento estrangeiro.

Hopewell Radebe, *The Star*²⁴

Uma lição de fynbos

É possível fazer uma leitura da mata em chamas como uma instância épica dos caprichos mortais da Natureza. Esta é, com certeza, uma construção para a qual estão especialmente propensos os “africanos brancos”, que têm uma representação desproporcional nas atuais associações para a conservação do meio ambiente. Argumentaremos, entretanto, que o impacto total do incêndio tem sua origem na capacidade daquelas flores e daquelas chamas significarem ansiedades que estão carregadas de política, muitas das quais inomináveis no discurso cotidiano. Suas conseqüências ligam-se, também, à promessa de que um bem maior pode nascer das cinzas – um senso novo de comunidade, de nação, de sociedade civil, de caráter distintamente local. Estamos, contudo, nos antecipando. Como é exatamente que aquelas flores e aquelas chamas passaram a significar tanto?

Falemos primeira da flora. É claro que flores têm servido há muito como símbolos de Estados modernos. O emblema da África do Sul tem sido a *Protea cynaroides* (protea Gigante ou Real) – a flor que melhor tipifica *fynbos* – há muitos anos. De modo *sui generis*, entretanto, o *fynbos*, como uma categoria inclusiva, tem sido associado principalmente com a identidade autóctone e o patrimônio do Cabo Ocidental. O *fynbos* é a marca distintiva, o “rico manto”, da região²⁵. O *fynbos* tem sido também associado à Cidade do Cabo, vindo a simbolizar a emergência desta como uma cidade global. Em ambos os casos, o *fynbos* tem uma relação que se assemelha à do totemismo africano clássico: é uma relação entre humanos e natureza e também entre o lugar e as espécies, é uma relação em que cada uma das

²⁴ H. Radebe, Time We Became a Bit More Neighbourly, *The Star*, p. 13, 16 mar. 2000.

²⁵ J. Yeld, The Peninsula's Fynbos Will Flourish Again, *Saturday Argus*, p. 6, 29-30 jan. 2000.

partes enriquece a outra desde que a primeira parte respeite, e não consuma irresponsavelmente a segunda. Assim, a Flora do Cabo tornou-se simultaneamente matéria de preocupação de ambientalistas e de exportação crescente – a exportação de plantas de *fynbos* tornou-se uma grande indústria desde a década de 1960 e a demanda do mercado de fato acabou por estimular o desenvolvimento de muitas novas variedades “selvagens” cultivadas (Fraser; L. McMahon, 1988, p. 155). Mais do que matéria de preocupação, tornou-se até mesmo objeto de “paixão” (Bond, 1993). Esta vegetação que é objeto de uma proteção estatal crescente é frequentemente descrita por pesquisadores como estando incorrendo em alto risco de extinção. Este é um risco trazido, de maneira crescente, por plantas estrangeiras invasoras (Manders; Richardson, 1992; Richardson; Cowling, 1992), cuja importância no discurso ambientalista hoje sobrepuja a de seres humanos (Stirton, 1978, p. 8).

Nem sempre foi assim. Nenhuma destas coisas.

Para começo de conversa, é bastante recente o uso da expressão *fynbos* para se referir às plantas nativas do sudoeste do Cabo – a “Fynbos Bioma”. Esta vegetação, descrita pelos primeiros naturalistas como “Flora Capensis” (Harvey, 1859-65) ou “Flora do Cabo” (Bulus, 1886), foi “oficialmente batizada” como o “Reino Floral do Cabo” no início do século XX (Fraser; McMahon, 1988, p. 119) e assim ela ficou conhecida por várias décadas (Adamson, 1958; Levyns, 1936). A expressão *fynbos* não está na edição de 1953 de *Veld Types of South Africa* de Acocks, figurando aqui tão somente como a tradução *africanêr* de “Coastal Macchia” (Acocks, 1953, p. 13). O termo *fynbos*, por vezes usado de modo coloquial, por vezes para se referir às plantas sempre verdes de folhas estreitas da região, só ficou estabelecido tanto no discurso botânico quanto popular em meados da década de 1960 e início da de 1970²⁶. Observe-se que foi exatamente neste período que teve início a demanda internacional pela Flora do Cabo, e foi fundada uma associação nacional para comercializar esta flora.

²⁶ Tal foi confirmado por botânicos que trabalham com a Fynbos Biome, ainda que o termo “fynbos” tenha aparecido pela primeira vez em uma publicação de 1916 (uma comunicação pessoal de Dave Richardson). O uso acadêmico regular principia no início da década de 1970. O termo aparece em uma lista de palestras de Cursos de Extensão da Universidade de Cape Town em 1972, por exemplo, e em um artigo de F. Kruger intitulado ‘Ecologia e Administração do Fynbos de Cabo: Em direção à conservação de um tipo de bioma único’, apresentado no South African Wild Life Management Association’s Second International Symposium (Pretoria, 1977). Certamente o uso corrente do termo não figura entre as nossas lembranças enquanto crescíamos na região do Cabo.

Foi também neste momento que políticos começaram a intitular o *fynbos* como um “bem natural” (*natural asset*) e um “baú do tesouro” (Munnik, 1978, p. 7) – e com isto os botânicos começaram a argumentar que o *fynbos* deveria ser preservado por ser um “tipo de bioma único” (Kruger, 1979).

Em suma, por ter passado a representar uma herança nacional “tradicional” de um enraizamento natural, o *fynbos* emergiu como algo único, e ameaçado de modo também único, em um momento particular da história do Estado sul-africano; um momento, além disso, do desenvolvimento histórico do capitalismo global em que novas relações estavam sendo forjadas entre mercados transnacionais e a criação de identidades, culturas, e ecologias sub-nacionais que parecem ameaçadas pelas mesmas forças que as produzem²⁷. Antes disso, a Flora do Cabo parecia refratária (Adamson, 1929). Observamos que, já em 1953, uma autoridade no assunto descreve o *fynbos* como um *invasor* e sua expansão ameaçava os campos abertos, principalmente cobertos por grama, do sudoeste do Cabo (Acocks, 1953, p. 14, 17). Percebemos que aquilo que é dito sobre estrangeiros, hoje em dia, estava sendo dito, há não muito tempo, sobre este “tesouro nacional”.

Impossível negar que a vegetação neste nicho ecológico *de fato* mudou muito desde então. Entretanto, mudaram também os valores que informam as nossas percepções dela. Houve uma época, não tão distante, em que os fazendeiros percebiam a Flora do Cabo como algo inútil, como um pasto pobre que crescia sobre um solo árido (Cowling; Richardson, 1995, p. 21); a Flora era percebida como uma “paisagem *fynbos*”, e não como uma paisagem ou ambiente de campos abertos cobertos por grama ou árvores que sedimentam o solo e fornecem energia combustível. Toma-se esta como a “comunidade expoente” (Cronon, 1983, p. 10), i.e., um fim em uma escala evolutiva a ser alcançado e preservado. Esta não é a única acepção possível. Pode-se tomar uma “paisagem *fynbos*” como um “estágio sucessivo à floresta” (Gandar; Forster, 1994, p. 19; Manders; Richardson; Masson, 1992) e não tanto como um fim. Nesta perspectiva, o ideal de manter tal paisagem em um equilíbrio perpétuo pode ser entendido como a concretização de um funcionalismo do tipo que, de acordo com Cronon, “remove as comunidades ecológicas da história” (1983, p. 10).

²⁷ Muitas vezes, relacionam-se explicitamente culturas e ecologias neste processo. Alguns ambientalistas, como Fakir, de fato, argumentam que “a preservação da biodiversidade deve incluir a preservação de culturas nativas...” (1994, p. 4).

Encontros com alienígenas

O *fynbos* conquistou a imaginação do público na era pós-colonial, entretanto, não apenas como uma herança frágil. Ele a conquistou também como um protagonista de uma luta mortal inescapável com invasores alienígenas que ameaçam colonizar o seu *habitat* e acabar com o seu modo de sobrevivência. O Ministro de Assuntos Hídricos e Florestais declarou que as plantas estrangeiras “utilizam atualmente [...] 3.300 m³ de água por ano,[...] 7% da média anual de escoamento de águas da África do Sul” em um simpósio de alto nível sobre espécies invasoras, ocorrido na Cidade do Cabo após o incêndio²⁸. A ansiedade acerca de invasores não é exclusividade da África do Sul. A questão também está na ordem do dia para outras nações ocidentais; entre elas, os Estados Unidos, a Austrália, a Grã-Bretanha e a Alemanha. Na Austrália, ironicamente, a flora que é a que procede da África do Sul (como os *soursobs* amarelos e *Capeweed*) demonizada (Carr; Robin; Robinson, 1986, p. 150; Wace, 1988). Dizemos que é irônico porque espécies de vegetação australianas foram acusadas pelo fogo no Cabo em Janeiro de 2000 – uma vegetação que “fica mais alta e que queima mais fácil do que o *fynbos*”²⁹; os principais acusados, dentre estas espécies, eram as acácias, incluindo as suas variedades menos conhecidas, os pinheiros, os eucaliptos e os arbusto *hakea*³⁰, sendo estes últimos, num toque final à toda ironia, um “arbusto do tipo Protea”³¹. É verdade que existem diferenças contrastantes entre os outros casos citados acima no Ocidente e a preocupação sul-africana com a natureza-estrangeira³². Ainda assim, parece que *de fato* as plantas estrangeiras tornaram-se a matéria de melodramas, de grandes alegorias, em escala mundial. Argumentaremos

²⁸ Ronnie Kasrils, conforme citado por J. Yeld, Invasive Plants are Costing SA Dearly, *The Star*, p. 9, 24 fev. 2000.

²⁹ B. Jordan, *Ash City*, p. 7.

³⁰ Traduzo aqui *wattles* por acácias, entre as quais o tipo menos conhecido citado seria o dos *rooikrans*; traduzo também *pines* por pinheiros e *bluegum* por eucaliptos. Deixei aquelas espécies que não têm um nome não científico suficientemente conhecido no Brasil com seu nome em inglês com o seu nome científico entre colchetes (N. de T.).

³¹ M. Merten, *Blame it on the Weeds*, p. 7.

³² Escritos australianos recentes sobre esta temática, por exemplo, é dada maior importância a processos de naturalização. Reconhece-se, assim, que (a) o que era exótico no passado hoje pode ser nativo; que, portanto, (b) a separação entre espécies naturalizadas e autóctones é, na melhor das hipóteses, um processo impreciso; ver e.g. Wace (1988, p. 139).

que tal ocorre justamente porque as plantas estrangeiras transformam e re-
apresentam temores políticos difusos como fatos naturais.

Houve um grande entusiasmo pela importação de plantas durante um certo tempo no Cabo. Ainda nas primeiras décadas do século XVIII, foi necessária a introdução em massa de espécies como o pinheiro [*cluster pine*] do Mediterrâneo nas encostas montanhosas, para dar conta da necessidade de lenha e madeira para construção dos colonizadores (Fraser; McMahon, 1988, p. 147). Em meados do século XIX, as atenções voltavam-se, em termos de empréstimos hortícolas, para a Austrália – a outra colônia britânica antitética e eterna rival da África do Sul. As terras australianas não cultivadas constituíam um bioma mediterrâneo tão similar ao sudoeste do Cabo que alguns postulam uma convergência evolutiva entre as duas (Cody; Mooney, 1978). O então Secretário da Colônia começou a trazer acácias e *myrtus* [*Myrtus*] da Austrália para formar barreiras naturais e permitir a formação de dunas, em um esforço para ligar as terras sempre ventosas das Chapadas do Cabo [*Cape Flats*], a maior planície cultivável da região. O governo estava incentivando, em 1875, grandes plantações de pinheiros [*cluster pine*] e outras plantas importadas, incluindo a *hakea* e *Port Jackson*, para formar abrigos. No afã de ver estas espécies exóticas se enraizar, as autoridades distribuíram milhões de sementes e premiaram aqueles com as maiores extensões de plantações (Hall, 1979, p. 134). Tal política contrasta totalmente com a política atual: hoje em dia há movimentos no sentido de taxar sementes importadas e de forçar proprietários de terras a removerem de suas terras estas mesmas plantas importadas³³.

O que aconteceu neste período de cem anos? Como é que importações desejadas tornaram-se estrangeiros invasores, “pestes”, “colonizadores”, até mesmo “espécies de câncer verde”³⁴? Em primeiro lugar, as espécies exóticas espalharam-se para além dos limites das plantações e dos jardins – tanto espontaneamente quanto através de um esforço humano – e incluíram-se com muito sucesso entre a Flora do Cabo. Os especialistas afirmam que, ainda que este processo tenha se dado progressivamente durante todo o século XX, este recebeu pouca atenção da parte de botânicos, do

³³ Yeld, Force Landowners, p. 7.

³⁴ Ver *The Green Cancers in South Africa* (1959 [no publisher given]).

governo ou da população em geral até recentemente. Isto ocorreu apesar do fato de que alguns descontentes já haviam levantado a voz no final do século XIX e de que fora aprovada uma legislação, ainda que sem muito efeito, para impedir algumas “ervas daninhas”, já em 1937 (Hall, 1979, p. 135; Macdonald; Jorman; Beeston, 1985). É apenas no final da década de 1950 e princípio da década de 1960 que a Sociedade Botânica da África do Sul estabelece um comitê para promover a consciência sobre o problema e que “grupos voluntários de extermínio” tomam para si pela primeira vez a missão de extirpar o crescimento maligno.

A invasão no Cabo por parte de plantas foi cada vez mais ganhando o centro das atenções nas décadas de 1970 e 1980. Observando que as “infestações” estrangeiras podiam ser vistas até mesmo em fotografias tiradas de satélites (Hall, 1979, p. 135, 139), os botânicos concluíaam que as ervas invasivas haviam superado todo e qualquer mérito que um dia poderiam ter tido na região de *fynbos* . O Departamento de Preservação da Natureza e Meio Ambiente publicou, em 1978, um livro-texto popular intitulado *Plantas Invasoras: Belas porém perigosas [Plant Invaders: Beautiful but Dangerous]* e outros grupos foram criados em áreas rurais de classe média alta. Os esforços permanecem sem resultados visíveis, à medida em que os alienígenas – como aqueles de filmes B hollywoodianos – pareciam ficar mais fortes ao resistir ao corte e à queima (Hall, 1979, p. 1, 151; Macdonald et al., 1985). A opinião de especialistas locais, ao mesmo tempo, afirmava que elementos exóticos em populações controladas tinham *de fato* alguma utilidade e que, em todo caso, além disto, seria impossível eliminar completamente tais elementos; mesmo se fosse possível eliminá-los, “outras espécies poderiam tornar-se daninhas no futuro” (Hall, 1979, p. 140). Tudo indicava que as categorias botânicas poderiam se modificar ao longo do tempo, uma perspectiva que está refletida em debates sobre o mesmo tema em outros lugares – como na Austrália, onde a linha que delimita o que é “naturalizado” e o que é “nativo” é muito menos nítida. Foi também neste ponto que as ameaças à Flora do Cabo passaram a ser descritas em termos de causas multidimensionais, que incluíaam fogo, mudança climática e intervenção humana (Cowling et al., 1987; Fraser; McMahan, 1988).

No entanto, isto não permaneceria assim por muito tempo.

Durante a década de 1990, uma forte tendência se impôs para explicar a fragilidade da Flora do Cabo: reduziram-se as causas multidimensionais a agentes monolíticos – sobretudo, as plantas alienígenas. Isto ficou muito claro pela forma como as atitudes com relação ao fogo no *fynbos* mudaram durante a década de 1990, culminando no “holocausto” de Janeiro de 2000.

Brincando com o fogo

Como já foi dito, incêndios vinham sendo considerados como endêmicos à ecologia floral do Cabo (Adamson, 1958; Marloth, 1924) desde os primeiros relatos coloniais; focos “naturais” de fogo consumiam grandes extensões anualmente, variando em velocidade e intensidade conforme a idade e o estado da vegetação, a topografia e as condições climáticas. Muitos incêndios eram também intencionais: as idéias africanas de regeneração passavam pela queima, ainda que as autoridades coloniais, nervosas com a perspectiva de nativos brincando com fogo, tivessem criado medidas severas para desencorajar tais práticas³⁵. A desaprovação oficial se estendeu até há pouco, quando a pesquisa sistemática começou a revelar um quadro muito mais complicado das formas e funções da combustão de *fynbos* (Kruger, 1979; Wilgen et al., 1992). Temos assim que, enquanto o discurso da mídia rotulava quase sempre esses fogos como “devastadores” (Fraser; McMahon, 1988, p. 140), os especialistas admitiam que a preservação da diversidade de espécies dependia “ao menos em parte” das queimadas (Kruger, 1979, p. 44; Rensberg, 1987, p. 41). Todo e qualquer alerta desta natureza, feito por especialistas, foi, contudo, emudecido pelo debate popular que estourou depois da deflagração do milênio na Cidade do Cabo.

O que queremos salientar aqui é a posição cambiante conferida a alienígenas nos argumentos acerca da relação do fogo com o *fynbos* – isto sem falar na política e nas percepções que informam estes argumentos. É verdade que se diz há bastante tempo que algumas plantas importadas queimam com maior intensidade do que a Flora do Cabo, que é, *de fato*, por si só, bastante inflamável. A vegetação estrangeira era, contudo, no passado, apenas um dentre vários fatores elencados como responsáveis

³⁵ Uma lei aprovada em 1687 no Cabo impôs “flagelo severo” pela queima não autorizada de campos; aqueles que reincidissem mereciam a pena de morte (Kruger, 1979, p. 43).

pela produção de incêndios de diferentes tipos, escalas e efeitos. Um relatório feito por uma autoridade (Kruger, 1979) sequer discute, por exemplo, plantas invasoras; o guia popular mais recente de Van Rensburg ao *fyntbos* só lista as plantas exóticas bem no fim de uma lista variada de possíveis agentes combustíveis (1987, p. 41). Como já vimos, nem mesmo o discurso público imediato aos incêndios de 2000 culpava o estrangeiro. Quando os discursos passaram a enfocar as plantas estrangeiras, no entanto, estas se tornaram o centro das discussões mais acaloradas.

É preciso dizer que nem todos consideraram as plantas alienígenas culpadas. Porém, as vozes discordantes foram afogadas na medida em que a dialética do desastre ganhava força. Uma corrente atribuía a deflagração dos fogos a mudanças climáticas em escala planetária. Esta corrente perdeu força com uma rapidez notável³⁶. Afinal, todos pareciam estar de acordo quanto ao fato de que esta era uma calamidade que parecia requerer uma explicação fundada em contingências *locais*. Outra corrente de explicações ou argumentos podia ser lida na imprensa de língua *afrikaner* que, mesmo noticiando os mesmos eventos, lidava com eles de uma maneira bastante diferente. Tomamos aqui a posição expressa em *Die Burger* como indicativa; este é um dos principais órgãos do Novo Partido Nacional [*New National Party*], que detém maioria no parlamento da província do Cabo. Ainda que noticiando que especialistas responsabilizavam as plantas alienígenas pelos fogos, o jornal *Die Burger* pintou o evento todo noticiado como uma denúncia do regime do Congresso Nacional Africano [*African National Congress, ANC*], da sua ineficiência no governo, da sua inabilidade em prover serviços de emergência, da sua irresponsável negligência pelo Cabo e assim por diante³⁷.

As diferentes correntes representavam, é claro, divisões entre frações mais ou menos emancipadas da população. Além de repetir oposições da parte de partidos políticos, elas deram voz aos tipos de tensão que freqüentemente surgem em antigas colônias entre governabilidade regional e nacional. Muitas outras, contudo, foram excluídas de todo do debate

³⁶ Ver M. Feris, Scientists Pour Cold Water on Global-Warming Claim, *The Star*, p. 3, 17 fev. 2000.

³⁷ Totaalplan Teen Brande, *Die Burger*, p. 8, 21 jan. 2000; Regering en Dienste Moet Beter Koördineer – Minister, *Die Burger*, p. 3, 22 jan. 2000; Bokkie se Trane, *Die Burger*, p. 8, 22 jan. 2000.

público. Para alguns, plantas estrangeiras tinham um significado totalmente diferente. Referimo-nos, aqui, ao grande contingente de pessoas pobres e desempregadas da Península e, em particular, àquelas pessoas que vivem em acampamentos de posseiros.

Desde os últimos anos do *apartheid*, a região metropolitana do Cabo assiste ao crescimento de “campos” de posseiros. Nestes anos finais da política do *apartheid*, as atenções mundiais se voltaram para a selvageria do regime político dominante quando as pessoas que migravam para a cidade se recusaram a serem realocados em suas empobrecidas “terras natais” [*homelands*]. Há muito que os africanos não se sentem bem-vindos na parte ocidental do Cabo, que tem sido predominantemente uma reserva para brancos e pessoas de cor. Entretanto, desde a transição política, a migração para dentro da região por parte de negros se tornou uma verdadeira torrente. Comunidades informais floresceram ao longo de rodovias nacionais e de encostas montanhosas, muitas lado a lado com saudáveis aglomerados de árvores alienígenas usadas principalmente para lenha – como a *rooikran*³⁸ australiana, a principal matéria combustível nos *braaivleis* (churrascos), um ritual chave da comensalidade branca sul-africana.

É extraordinário observar o quanto a vida de recentes migrantes do Cabo depende da lenha estrangeira³⁹. Povoados sem eletricidade, erguidos em campos desmatados, são compostos por fileiras intermináveis de pequenas casas quadradas, a maioria das quais construída pela sobreposição lateral de troncos finos de *rooikrans* e outros gravetos australianos. Mulheres e crianças percorrem os estreitos caminhos entre estes casebres portando em suas cabeças enormes pilhas de lenha de origem “importada”. Seja onde quer que essas pessoas estejam residindo, a busca por combustível é permanente. Ao longo das estradas, os homens vendem pequenos lotes de lenha *braai* aos viajantes, em sua grande maioria brancos e de classe média que viajam em direção a subúrbios verdejantes ou à costa *fynbos*. Estas árvores alienígenas, publicamente condenadas, são, na esfera do privado,

³⁸ A *rooikran* é um tipo particular de acácia australiana, a *Acacia cyclops*, já mencionada em n. 70 (N. de T.).

³⁹ Não é de se admirar, então, que eles tenham logo perguntado aos primeiros grupos de destruição de plantas estrangeiras qual seria o uso dado às árvores caídas. Desde então, foram feitos esforços dentro do programa Trabalhando para Água [*Working for Water*] para o desenvolvimento de indústrias secundárias utilizando-se madeira estrangeira (ver abaixo) [<http://www.waf.pwv.gov.za/idwaf/Projects/WFW/Secondary%20Industries.htm>].

a matéria prima de uma prática cultural celebrada, sendo usadas em banquetes domésticos⁴⁰.

A primeira reação do vendedor de lenha Thami Mandlana – possivelmente o único residente de um acampamento de posseiros a ser entrevistado pela imprensa na época – não deve nos parecer portanto surpreendente. Ele disse: “o preço da lenha vai para as alturas este mês!”⁴¹. Thami Mandala tinha razão. O preço de uma talha de *rooikrans* subiu 50% após o incêndio. Entretanto, as conseqüências do fogo para estes lenhadores, a médio ou longo prazo, era mais alarmante. Ainda segundo Mandala:

Muitas pessoas... cortam lenha por aqui e agora não vai haver madeira suficiente para todos. Nossos corações sofrem demais por causa deste fogo... Este é nosso único meio de ganhar a vida, e agora mal e mal sobrou alguma coisa.

Esta é a outra faceta da história sobre a vegetação estrangeira na parte ocidental do Cabo. Esta vegetação tem sido há muito uma parte integral da economia local – das subclasses desta economia, invisível à maioria, e que só se torna visível a uma parcela que tem um pouco mais de sorte e chega às beiras das estradas. A vegetação constitui uma parte vital da pós-colônia – onde a riqueza está cada vez mais polarizada e onde o Estado está, em grande medida, ausente. Uma pesquisa recente acerca de “plantas das pessoas” estimou que o valor das *rooikrans* enquanto lenha no Cabo era 30 milhões de *rands* por hectare (Wyk; Gericke, 2000, p. 284). Ora, isto não pode bem servir aos interesses daqueles que passaram a ter horror às plantas alienígenas, daqueles que afirmam que estas plantas colocam em risco o futuro de patrimônio nacional, natural, comum. Aqueles que pregam os perigos das plantas alienígenas encontraram dificuldades justamente nos locais em que a flora importada *de fato* alimenta o comércio principal. Exigiu-se de Guy Preston (ver notas 8 e 19), por exemplo, que “esclarecesse” seus comentários, depois que foi citado afirmando que o aumento de inundações na região Mpumalanga – uma região extremamente pobre

⁴⁰ Na campanha nacional pela extirpação de plantas invasoras, sugeriu-se que a queima de lenha estrangeira seria um dever patriótico; ver *Hack Day 2000*, suplemento especial em comemoração à Semana da Água [*Water Week*], *The Star*, 20 mar. 2000.

⁴¹ B. Jordan, Ash City, p. 7.

onde grandes corporações de madeireiras são os principais empregadores de mão-de-obra – devia-se às enormes florestas de árvores não-nativas. Preston desdobrou-se para reconhecer que a plantação de florestas deste tipo era “geralmente aceitável”, que ela fornecia muitos empregos e atraía capital estrangeiro⁴². É evidente que o discurso sobre as árvores invasoras tem seus limites. Ainda assim, como veremos, o escopo ideológico deste discurso tornou-se notavelmente amplo, englobando a integridade e a regeneração do próprio Estado Nação.

Os especialistas acadêmicos, como o “esclarecimento” de Preston deixa bem claro, estão atuando em um delicado papel, à medida que o drama da natureza-alienígena pegou fogo, alimentado por uma imprensa ávida. Os botânicos foram evocados mais do que nunca, seu trabalho foi tomado como uma questão da maior importância nacional, uma vez que a preservação de uma “herança nacional” ocupa cada vez mais um espaço de intensa paixão pública. Na medida em que as suas descobertas se tornaram matéria de mobilizações políticas, perderam suas nuances – como o fato de que nem *todas* plantas não-nativas são invasoras agressivas. Aliás, sutileza não foi o forte da mídia em suas crescentes manifestações⁴³.

Como se deu esta inflação ideológica? Ela corresponde a que ansiedades, interesses ou emoções?

Estrangeiros e o renascimento africano

O termo “alienígena” [*alien*] tinha conotações bastante arcaicas até recentemente na África do Sul. Estas conotações estão preservadas em leis, como o Ato de Estrangeiros [*Aliens Act*] de 1937 e o Ato de Registro de Estrangeiros [*Aliens Registration Act*] de 1939, leis que tinham por fim prevenir a afluência de fugitivos europeus antes da II Guerra Mundial. Tal legislação permaneceu em grande medida intacta até a década de 1990⁴⁴, quando “alienígenas” voltaram a ser mais uma vez um assunto político carregado, na “nova” África do Sul. Foi mais ou menos neste período que

⁴² G. Preston, *Loving the Alien*, carta escrita ao *Mail and Guardian*, p. 29, 18-24 fev. 2000.

⁴³ Ver, e.g. os esforços feitos por Richard Cowling em insistir que “o fogo no *fynbos* é normal”; Yeld, *The Peninsula's Fynbos Will Flourish Again*, *Saturday Argus*, p. 6, 29-30 jan.

⁴⁴ A legislação foi substituída pelo Ato de Controle de Estrangeiros 96 [*Aliens Control Act 96*] de 1991 e suas emendas subsequentes.

as plantas estrangeiras ganharam nova luz; tornaram-se tanto sujeitos de uma emergência ecológica quanto objetos da renovação nacional⁴⁵. O Programa Trabalhando por Água [*Working for Water Programme, WFW*], lançado em 1995 pelo então Ministro de Assuntos Hídricos e Florestais, Kader Asmal, talvez seja a maior evidência disso. O programa era parte da iniciativa do governo pós-*apartheid* para a Reconstrução e o Desenvolvimento, e centrava-se quase que exclusivamente na erradicação de vegetação estrangeira. O projeto fora aprovado como um projeto de serviços públicos norteador na criação de empregos e no combate à miséria, prevenindo um trabalho de vinte anos de desmatamento, a um custo de 600 milhões de rands por hectare. O tom do projeto era de urgência: “[Plantas estrangeiras] assemelham-se a uma epidemia de saúde, espalhando-se de maneira fora do controle”, declarou a *homepage* do Programa Trabalhando por Água [*WFW*]⁴⁶. Leis seriam promulgadas para processar proprietários de terra que permitissem o crescimento da flora não-nativa. A intervenção assim orquestrada não iria apenas restaurar o potencial produtivo da terra, mas investiria também nos setores “mais marginalizados” da sociedade sul-africana, promovendo assim a equidade social. Mulheres e jovens desempregados, ex-presidiários, até mesmo os sem-teto, todos seriam reabilitados ao se juntarem aos grupos de erradicação e ao trabalharem nas indústrias que transformariam invasores em produtos com aceitação no mercado. Entrementes, exortava-se o público em geral a não comprar nem vender plantas estrangeiras – e a informar às autoridades de quaisquer pessoas que estimulassem sua expansão.

Em outras palavras, a natureza-estrangeira tornar-se-ia a matéria prima do renascimento comunal. O esquema, inicialmente, teve um certo sucesso. A primeira dificuldade com que o projeto se deparou foi o financiamento contínuo de unidades de erradicação, ainda que a mídia tenha divulgado fotografias impactantes de ex-desempregados exterminando o crescimento alienígena indesejável. O *Cape Argus* noticiava em Julho de 1997 que o Conselho Municipal do Cabo havia “dispensado” o Ministro Asmal, recusando-se a financiar o desmatamento de plantas invasoras em

⁴⁵ Ver Hall (1979, p. 138). O apoio governamental neste momento veio principalmente do Departamento de Serviços Técnicos Agrários [*Department of Agriculture Technical Services*] através do seu Instituto de Pesquisa de Proteção de Plantas [*Plant Protection Research Institute*].

⁴⁶ <<http://www-dwaf.pwv.gov.za/idwaf/projects/WFW/Default.htm>>.

Table Mountain⁴⁷. Igualmente controversos eram os esforços para aprovar a legislação: propostas como a de introduzir diques para a “contenção de água” (também conhecida como chuva) e “poluição por sementes alienígenas” foram veemente contestadas pela indústria florestal⁴⁸. Enquanto o plano de erradicar as plantas estrangeiras era obrigado a ficar suspenso por um ou dois anos, contudo, a ansiedade pública acerca das espécies invasoras ia se tornando mais clara.

Deste modo, quando os incêndios apocalípticos irromperam em janeiro de 2000, não havia qualquer tipo de neutralidade quanto a se atacar o alienígena. A Operação Combate ao Fogo, *Ukuvuka*, foi lançada em seguida à localização dos primeiros focos, e a mídia, bem como as corporações financiadoras, intervieram para dar sustentação ao Programa Trabalhando por Água⁴⁹. Até mesmo a poderosa Associação de Proprietários de Florestas, anteriormente em “rota de colisão” com o Programa, cedeu e acabou declarando que era necessário erradicar a flora estrangeira das margens dos rios⁵⁰. Com um sentimento popular cada vez mais voltado em atacar o “flagelo”, os comentaristas públicos pareciam por sua vez mais centrados em reviver das cinzas um “espírito de comunidade”⁵¹. De forma sucinta, o recém eleito Ministro de Assuntos Hídricos e Florestais afirmou⁵²:

O fogo uniu a todos nós. Todos os principais interessados – as autoridades, aqueles com interesses comerciais, os proprietários de terras e o público em geral – podem agora se unir para assegurar que nunca mais estaremos sob uma tal ameaça. E a chave do problema está na eliminação destas plantas estrangeiras...

Parecia que agora havia uma fé disseminada no fato de que a eliminação da flora estrangeira tinha um “enorme potencial para criar empre-

⁴⁷ A. Weiss, Alien Plants Plea by Asmal Rejected: Dispute Over Water Supply, *Cape Argus*, p. 4, 3 jul. 1997.

⁴⁸ Asmal Defends Pay for Rain Plan, *Cape Argus*, p. 22, 5 maio 1997.

⁴⁹ O termo *ukuvuka*, em xhosa, significa “despertar”; como já vimos, a imagem de um grito de alarme estava sempre presente neste discurso. Ver B. West, “Firestop” Launched to Save Mountains, *Cape Times*, p. 1, 7 fev. 2000; J. Yeld, Four Fire-Hit Hotspots Get Top Priority in R3,6m Rescue Effort, *Cape Argus*, p. 2, 21 fev. 2000.

⁵⁰ J. Soal, Working for Water Has Deal with Forestry on Alien Plants, *Cape Times*, p. 3, 22 fev. 2000.

⁵¹ De Villiers, Take Decisive Steps, p. 11.

⁵² Yeld, Wake Up Cape Town, p. 1-2.

gos”, em si mesmo uma prioridade para a construção de uma nação. O Diretor da Sociedade Botânica da África do Sul aproveitou a ocasião para sugerir que o “setor ambiental” deveria receber quinze por cento dos lucros advindos da Loteria Nacional⁵³, o substituto neoliberal do bem-estar comum, da *commonwealth*. Logo vieram a instituição de uma Semana Nacional da Água e de um Dia do Corte [*Hack Day*], acompanhadas de suplementos especiais nos jornais que ilustravam as plantas estrangeiras mais daninhas, conclamando o grande público a denunciar aqueles que as mantinham e conclamando, em nome do patriotismo, recrutas para grupos voluntários de desmatamento⁵⁴.

Os políticos passaram a fazer conexões cada vez menos dissimuladas, à medida que o tempo passava, entre a guerra contra elementos estrangeiros e a prosperidade coletiva da nação. Um simpósio organizado para discutir a cooperação internacional no controle de espécies invasoras ocorrido na Cidade do Cabo um mês depois dos incêndios (ver acima), reuniu nada menos do que quatro ministros do governo, um dos quais trazendo uma mensagem do próprio presidente. “Este é um problema de todos”, declarou o Ministro de Assuntos Hídricos, “pois as espécies alienígenas não respeitam as linhas traçadas nos mapas”⁵⁵. O mercado e turismo globais, como foi observado, criaram uma classe de “viajantes internacionais indesejados”, como a flora estrangeira e os insetos transmissores de doenças⁵⁶. As palavras que causaram maior assombro, contudo, foram as do próprio Presidente Mbeki: ele declarou que as plantas alienígenas “estão impedindo o caminho para o renascimento africano”⁵⁷.

⁵³ Dr. B. McKenzie, citado em Many Lessons to be Learnt from Fires, Floods, *The Star*, p. 9, 15 fev. 2000.

⁵⁴ Ver *Hack Day 2000*, suplemento especial para a Semana da Água, *The Star*, 20 mar. 2000.

⁵⁵ Abertura do *International Symposium on Best Management Practices for Preventing and Controlling Invasive Alien Species*, Kirstenbosch (Cape Town), 22-24 fev. 2000 (atas a serem publicadas); ver também Yeld, *Invasive Plants are Costing SA Dearly*, p. 9.

⁵⁶ M. Merten, *Eradicating Invasive Aliens*, *Mail & Guardian*, p. 33, 3-9 mar. 2000.

⁵⁷ Mensagem do Presidente Mbeki, lida por Valli Valli Moosa, Ministro de Assuntos de Meio-Ambiente e Turismo, no *International Symposium on Best Management Practices for Preventing and Controlling Invasive Alien Species*, Kirstenbosch, 22-24 fev. 2000; ver também K. Bliksem, *Only the Truly Patriotic can be Trusted to Smell the Roses, and Weed Them Out*, *Sunday Independent*, p. 8, 22 fev. 2000.

Objetos estrangeiros: a política de estranhamento na pós colônia

As plantas, assim, foram envolvidas no estado da nação em uma retórica que tanto espelhava quanto ampliava os ânimos públicos. Entretanto, isto não responde a uma questão que colocamos há pouco: a alegoria da natureza-estrangeira, a alegoria alimentada pelo fogo e pela enchente, afinal, responde a que ansiedades, interesses, condições históricas? O que está por trás da inflação ideológica que teve seu princípio na mata em chamas, passou a inflamar as paixões pela pátria e que agora irrompia com tamanha força que punha em perigo o renascimento africano? Devemos buscar uma resposta em um amontoado de associações implícitas e de intuições orgânicas, que, na medida em que vieram à tona para a esfera pública, permitiram-nos vislumbrar a infra-estrutura da consciência-popular-em-formação; em particular, permitiram-nos vislumbrar o modo pelo qual processos de naturalização tornaram possível a nomeação do inominável, abalaram o inabalável, de forma que se pudesse lidar com contradições inerentes à construção da nacionalidade pós-colonial em condições posteriores a 1989. Esse amontoado de associações e intuições também possibilitou que se lidasse com o sentido de apreensão que parece acompanhar a nacionalização nesta época de fluxo global, de fronteiras que estão a um só tempo abertas e fechadas, de pessoas inevitavelmente em movimento, de diferenças culturais e sociais irreduzíveis, de política de compromissos, de um Estado *commonwealth* cada vez mais reduzido.

Tomemos este comentário, feito por um colunista de jornal bastante conhecido, satírico e cínico confesso⁵⁸:

Sem dúvida, há escritores de jardim que não pensariam duas vezes antes de começarem a escrever um elogio maravilhoso sobre algo tão inocente... quanto a árvore de jacarandá... Entretanto... você pode não passar de um racista. Isto é, de modo subliminar... Por detrás de suas flores e de seus arcos esplêndidos, o jacarandá não passa de um estrangeiro usurpador de água que dissemina ervas daninhas...

⁵⁸ Bliksem, *Only the Truly Patriotic Can be Trusted to Smell the Roses*, p. 8.

Enquanto imigrantes *naturalizados*, as plantas importadas agraciavam, no passado, a nação. Até recentemente, o jacarandá (*Jacaranda mimosifolia*) era “quase... a árvore nacional da África do Sul” (Moll; Moll, 1994, p. 49). Agora, em um drama bizarro, onde a flora significa aquilo que as lutas políticas nomeiam, as plantas estão se tornando objetos de separação, até mesmo racialização; esta é um terra onde o povo vive obcecado com a questão de quem é ou não é cidadão, com direitos e deveres constitucionais, com a extirpação de todo e qualquer vestígio de racismo do corpo político e da imprensa liberal⁵⁹. Outra colunista tornou isto ainda mais patente ao falar da “limpeza étnica” dos campos sul-africanos. Ela escreveu que as pessoas gozaram, durante séculos, das sombras de carvalhos, do cheiro de rosas – todos estrangeiros. Agora, “florescendo na complacência da democracia”, todos os males são atribuídos àqueles mesmos estrangeiros⁶⁰. Foi, contudo, uma carta irônica, endereçada ao *Mail & Guardian*, talvez a revista semanal mais distinta da África do Sul, que melhor explicitou o subtexto político⁶¹:

Está mais uma vez na época de linchamento de estrangeiros. Como estrangeiro... eu fico particularmente irritado com críticas a estrangeiros, mesmo quando se trata de plantas... É claro que as plantas estrangeiras não podem responder a estas acusações. Antes, contudo, que o Departamento de Assuntos Domésticos [*Home Affairs Department*] seja forçado a investigar o visto de permanência dessas plantas, eu, enquanto um também estrangeiro e sujeito preocupado, gostaria de lembrar a todos que plantas como o milho... a soja, o girassol... tiveram sua origem fora do continente africano. Em todo caso, cabe a pergunta: as plantas estrangeiras causadoras-de-fogo-e-de-enchentes cruzaram fronteiras e estabeleceram plantações... sozinhas?

⁵⁹ Uma investigação controversa sobre o racismo, tanto aberto quanto “subliminal”, presente na imprensa principal, estava sendo conduzida, na época, pela Comissão de Direitos Humanos; ver e.g. E. Rapiti, *Journalists Must Do Their Jobs Without Interference*, carta endereçada ao *Mail & Guardian*, p. 28, 10-16 mar. 2000.

⁶⁰ C. Lazar, *Forget Alien Plants, What About Guns?*, *The Star*, p. 8, 7 mar. 2000; por uma resposta em nome do Program Trabalhando pela Água, ver B. van Wilgen, carta endereçada ao *The Star*, p. 9, 14 mar. 2000.

⁶¹ M. Aken’Ova, *Loving the Alien*, *Mail & Guardian*, p. 29, 18-24 fev. 2000.

As alusões são óbvias para este estrangeiro interpolado e sem ilusões. Elas são conseqüências da naturalização do fluxo da xenofobia. Encontramos, apenas deslocada, no reino vegetal, uma cruzada que é dolorosamente familiar: a demonização, tanto por parte do Estado quanto dos cidadãos, de migrantes e refugiados.

Já foi dito que o migrante, e mais recentemente aquele que busca asilo político, é um “espectro” ou “fantasma”; a política neoliberal triunfante da “nova” Europa está fundada no destino desgraçado deste “espectro”. Uma fobia sobre estrangeiros, sobretudo aqueles oriundos de regiões do continente africano, é filha ilegítima, também na África do Sul, da democracia incipiente – intensificando, talvez paradoxalmente, uma humanidade africana comum, ao lado de afirmações que conclamam o Renascimento Africano e o *ubuntu*. O fato de que isto esteja ocorrendo com um povo que conhece de perto o exílio, que no passado viveu de maneira razoavelmente pacífica com trabalhadores imigrantes, não só parece irônico, como parece precisar de uma explicação. Recentemente, a fobia, que começou como um sentimento difuso de apreensão, solidificou-se agora na forma de uma antipatia ativa ao que é percebido como uma nação-estrangeira sombria de “imigrantes *ilegais*”. O qualificativo aqui se tornou inseparável do signo, bem como, no reino vegetal, o termo *invasor* foi colado, adjetivamente, ao termo estrangeiro. Estes anticidadãos *doppelgänger*, popularmente tidos como “abutres econômicos”⁶², que usurpam empregos e recursos, que fomentam o crime, a prostituição e a doença, são acusados – em uma analogia misteriosa à flora não-nativa – de terem se propagado sem controle. São acusados também de drenar a riqueza da nação, que se esvai cada vez mais e mais rápido⁶³.

Na imaginação popular, estrangeiros ou alienígenas são espécies bem distintas. Eles são inelutavelmente marcados, em uma perversão paródica do passado, pela cor de suas peles e pela sua cultura “nativa”. Tal fato se revela de modo mais dramático, como quase sempre é o caso, em momentos de identidade errada – quando os próprios sul-africanos são considerados forasteiros e tratados como tal. Como o caso da jogadora de vôlei, ídolo nacional, presa pela polícia porque ela parecia escura demais, ou

⁶² Radebe, *Time We Became a Bit More Neighbourly*, p. 13.

⁶³ M. Sinclair, *Unwilling Aliens: Forced Migrants in the New South Africa*, *Indicator*, 13/3, p. 14, 1996.

como o caso do filho de um antigo exilado, preso oito vezes nos últimos anos porque foi marcado pela sua “estrutura facial” e seu sotaque como um estrangeiro⁶⁴. Os “ilegais”, depois de localizados, quase nunca são diferenciados de imigrantes genuínos, legais ou de refugiados⁶⁵. Todos estes são referidos com a expressão *makwerekwere*, um termo depreciativo em *sotho* que significa fala incompetente e, conseqüentemente, é usado para os excluir da comunidade moral.

Os seus medos estão bem fundamentados. A África do Sul tornou-se o melhor destino para um número sem precedentes de pessoas vindas de países conturbados mais ao norte, uma vez que agora há menor controle sobre a mão de obra imigrante – controle este antes assegurado por acordos entre governos e fronteiras eletrificadas⁶⁶. Estima-se que entre dois e oito milhões de pessoas chegaram assim ao país⁶⁷. Este influxo de pessoas ocorreu em meio a transformações da economia doméstica que alteraram significativamente as relações entre trabalho e capital (Comaroff; Comaroff, 1999). Houve não apenas uma drástica redução, referida eufemisticamente como um “crescimento sem emprego” – uma redução de cerca de quinhentos mil empregos, a maioria ocupados por negros – nos últimos cinco anos⁶⁸; ainda mais digno de nota é o fato de que mais de oitenta por cento dos empregadores hoje em dia optam por mão de obra flexível, “não-padrão” (Adam; Slabbert; Moodley, 1998, p. 209) em sua maior parte executada por “ilegais” não sindicalizados e mal pagos, vistos por fazendeiros e industriais como essenciais para a sua sobrevivência em mercados competitivos⁶⁹. Não deve causar espanto, portanto, que o desemprego seja uma ansiedade ubíqua; que o desemprego seja tido como o maior empecilho à prosperidade pós-colôni-

⁶⁴ H. Radebe, Persecuted For an Incorrect Facial Structure, *The Star*, p. 10, 16 mar. 2000; L. Madywabe, My Four Hours as an Illegal Immigrant, *Mail & Guardian*, p. 16, 3-9 mar. 2000.

⁶⁵ Madywabe, My Four Hours as an Illegal Immigrant, p. 16.

⁶⁶ Estes acordos estabeleceram termos de contratação e de compensação, e decretaram que trabalhadores estrangeiros não podiam se associar a sindicatos; Reitzes, Alien Issues, *Indicator*, 12, 1, p. 8, 1994.

⁶⁷ Veja as descobertas feitas pelo Projeto de Migração da África do Sul [*South African Migration Project*], resumidas em C. Carter e F. Haffajee, Immigrants are Creating Work – Not Taking Your Jobs, *Mail & Guardian*, p. 3, 11-17 set. 1998; veja também J. Matisonn, Aliens Have Many Years’ Respite in SA, *The Sunday Independent*, p. 3, 19 mar. 2000.

⁶⁸ Veja P. Salopek, Mandela Stresses Success, Struggle, *Chicago Tribune*, p. 3, 6 fev. 1999, p. 3.

⁶⁹ Reitzes, Alien Issues, p. 8.

al; que o encaminhamento *do* alienígena⁷⁰ – corporificando agora a ameaça ao trabalho e ao bem-estar – apresenta-se como um modo persuasivo de confrontar o despojamento econômico.

Assim é que estrangeiros – e em particular estrangeiros negros – tornam-se objeto de consternação e de contestação em toda esta nova nação, por parte, desde políticos e seus partidos, passando pela mídia e sindicatos de trabalhadores, até camelôs e desempregados⁷¹. Um grupo de pessoas que retornava por trem de Pretoria, onde estiveram protestando a falta de empregos, lançou à morte três *makwerekwere* por terem supostamente roubado empregos em Setembro de 1998⁷². Alguns meses depois, foi registrada a existência de uma gangue de malfeitores que se dedicava à “eliminação sistemática” de alienígenas em Joanesburgo⁷³. A comunidade local tem atacado regularmente imigrantes e suas propriedades, os quais são forçados a viverem em “guetos”, tornados criminosos e bodes expiatórios⁷⁴. Uma pesquisa realizada pelo Projeto de Migração Sul-Africano em 1997, sob a égide do Instituto pela Democracia, estipulou que a hostilidade por parte dos sul-africanos para com estrangeiros era uma das mais altas no mundo. É uma hostilidade tão aguda que a Comissão de Direitos Humanos lançou uma “Campanha de Rescisão da Xenofobia” e diversas

⁷⁰ Justamente porque a maior parte das perdas de empregos ocorreram no estrato menos pago do mercado de trabalho – onde os serviços de bem-estar são também mais enfatizados – que o sentimento anti-alienígena é dirigido de maneira esmagadora e direta aos africanos. Imigrantes asiáticos, europeus e outros ocidentais, percebidos como mais ricos e melhor educados, são mais bem vindos, e recentemente foi anunciada uma política encorajando a imigração de habilidades [*skills*]. Veja Radebe, *Time We Became a Bit More Neighbourly*, p. 13; K. Magardie, *Skilled Immigration to be Encouraged*, *Mail & Guardian*, p. 37, 11-16 mar. 2000.

⁷¹ Por exemplo, a Câmara Africana de Vendedores Ambulantes e Empresas Informais [*African Chamber of Hawkers and Informal Business*] afirma que imigrantes ilegais colocam o comércio de seus membros a perigo; o Congresso Sul-Africano de Sindicatos de Trabalhadores [*South African Congress of Trade Unions*] já ameaçou iniciar greve por causa da contratação de estrangeiros não sindicalizados; o Partido Libertador Inkatha [*Inkatha Freedom Party*] já preveniu que irá tomar uma “atitude física” caso o Estado não consiga “tomar medidas drásticas”; ver Reitzes, *Alien Issues*, p. 8. A imprensa, ademais, repetidas vezes foi acusada de estimular a xenofobia; ver e.g. P. Dube, *Media Berated for Stoking Xenophobia*, *The Sunday Independent*, p. 3, 27 fev. 2000.

⁷² *Jobless Mob Goes on Death Rampage*, *Cape Argus*, p. 9, 4 set. 1998.

⁷³ T. Amupathi, *African Foreigners Terrorized*, *Mail & Guardian*, p. 3, 18-23 dez. 1998.

⁷⁴ Sinclair, *Unwilling Aliens*, *Indicator*, p. 16. Nossas próprias observações na Província do Noroeste [*North West Province*] confirmam isto. Uma carta ao *Mail* (Mafikeng) escrita por um “cidadão preocupado”, por exemplo, denunciava dois “estrangeiros ilegais” que tinham negócios na periferia da cidade, e os acusava de “roubar cidadãos sul-africanos que trabalhavam duro”; *Illegal Aliens – Where’s the Justice?*, *The Mail*, p. 4, 23 jul. 1999.

agências governamentais estão apoiando ativamente projetos culturais que visam o combate à discriminação contra forasteiros⁷⁵.

Contudo, o próprio Estado é um ator ambíguo no drama que se desenrola. Por um lado, ele se esforça de modo volúvel por sustentar os princípios do universalismo liberal, insistindo na proteção não comprometora de direitos humanos; por outro, o Estado às vezes contribui, intencionalmente ou não, ao espírito de xenofobia. Assim, as suas agências de imposição da lei não conseguiram resistir à tentação de atacar o espectro alienígena. À medida em que a sua habilidade de manter a ordem pública vem sendo cada vez mais questionada, o Mistério da Segurança e Previdência tornou-se proporcionalmente mais ativo em sua guerra aos não-cidadãos: enquanto a ansiedade sobre as plantas invasoras escalava nas primeiras semanas de 2000, o governo anunciava a sua “política no estilo norte-americano de livrar a África do Sul de alienígenas ilegais” e de penalizar todos aqueles que se utilizassem conscientemente desta mão-de-obra. O paralelo não poderia ter sido mais claro. Não muito tempo depois, as polícias de todo o país fizeram grandes batidas em “clubes de senhores” dos quais se suspeitava que estivessem traficando para dentro do país trabalhadores do sexo sem documentos legais⁷⁶. Seguiram-se ataques aos “ilegais” do meio artístico, do *show business*, da mídia e da indústria musical⁷⁷. Então, em apenas algumas semanas, o Ministro de Segurança deu início pessoalmente a uma “blitz”, em Joanesburgo, nos baluartes de negócios de estrangeiros, prometendo “expor completamente todos elementos criminosos e imigrantes ilegais”⁷⁸. A força policial *senior* em Pretoria seguiu o exemplo. O pânico reinou à medida em que algo como

⁷⁵ Esta campanha é uma iniciativa conjunta da Comissão de Direitos Humanos [*Human Rights Commission*], do Associação Nacional sobre Assuntos de Refugiados [*National Consortium on Refugee Affairs*] e da Alta Comissão sobre Refugiados das Nações Unidas [*United Nations High Commission on Refugees*]; M. Kebede, Don't Let this be a Curse, *Cape Argus*, p. 11, 12 jan. 2001. Uma exposição intitulada *Kwere Kwere: Journeys into Strangeness*, em exibição no Castelo de Good Hope na cidade do Cabo, no período de março a abril de 2000, teve o apoio financeiro dos Fundos de Arte e Cultura do Presidente [*Arts and Culture Trust of the President*] e do Conselho Nacional de Artes da África do Sul [*Arts Council of South Africa*].

⁷⁶ Brothel Raided, *Pretoria News*, p. 1, 3 mar. 2000; P. Molwedi, Brothel Owner Granted Bail of R10 000, *The Star*, p. 2, 7 mar. 2000.

⁷⁷ E. Maluleke, Bitter Informants Flush Out Successful, but Alien Celebs, *City Press*, p. 3, 13 fev. 2000.

⁷⁸ M. Tsedu, Illegals Deserve Better Than This, *The Star*, p. 12, 20 mar. 2000; Radebe, Time We Became a Bit More Neighbourly, p. 13.

quatorze mil pessoas foram revistadas, e mais de mil, presas⁷⁹ e, apesar dos protestos, “cidadãos honestos que pagam seus impostos” foram humilhados nas ruas e nos taxis⁸⁰. Eram feitos relatos sugestivos da era *apartheid* sobre a violência nas calçadas onde refugiados, desesperados por documentos, ficavam acampados do lado de fora do Departamento de Assuntos Domésticos. Dizem que estrangeiros naturalizados, mantidos em um centro privado para deportação, foram agredidos severamente e a sua propriedade espoliada⁸¹.

E, então, teve início a reação: em meio a acusações de excessos, comentaristas respeitados sustentavam que o tiro havia saído pela culatra, pois ameaçara os direitos humanos. Estes, e outros, deram voz a chamadas por uma política mais adequada e praticável de imigração⁸². Ao mesmo tempo, começou a vir à tona a suspeita de que, exatamente como no caso das plantas invasoras, o zelo pela extração de alienígenas encontrava-se deslocado. Um “cidadão chocado” perguntava: por que este assédio aos estrangeiros? Afinal, não é que *eles* fossem culpados do “estupro, assassinato, seqüestro e assaltos a banco”, crimes que os sul-africanos cometiam uns contra os outros⁸³. A resposta parece simples, ao menos ela parece assim para Steven Friedman, Diretor do Centro para Estudos de Políticas em Joanesburgo⁸⁴. O fato de se prender imigrantes “ilegais” pode “não reduzir o crime”. Entretanto, ele *cria sim* a “impressão de atividade e eficiência” por parte do governo, uma ilusão “freqüentemente tão importante quanto a realidade”. Aqui está, em suma, uma instância precisamente daquele tipo de atividade simbólica a que nos referimos antes; qual seja,

⁷⁹ 121 Illegal Immigrants Held in Swoop East of City, *Pretoria News*, p. 3, 3 mar. 2000; Police Raid Sex Club, *Sunday Times*, p. 4, 19 mar. 2000.

⁸⁰ Madywabe, My Four Hours as an Illegal Immigrant, p. 16; L. Mitchelson, Anti-Crime Blitz Should be Extended to All Suburbs, carta ao *The Star*, p. 17, 17 mar. 2000.

⁸¹ Não são novidade alguma os registros de violência no centro, de propriedade de um consórcio que inclui membros da “elite de oposição”. Neste caso, a embaixada de Camarões alocou um protesto formal junto ao governo sul-africano; C. Banda e G. Clifford, Cameroon to Lodge Protest Over Repatriation Center Beating, *The Star*, p. 1, 17 mar. 2000. Ver também Tsedu, Illegals Deserve Better Than This, p. 12.

⁸² Ver We Should See Human Rights Body as Our Ally, comentário especial feito pelo editor, *The Sunday Independent*, p. 1, 19 mar. 2000. As Leis de Controle de Estrangeiros [*Aliens Control Acts*] de 1991 já acumularam inúmeras críticas, e oficiais do governo já reconheceram que a sua aplicação é “arbitrária e subjetiva”; ver Sinclair, Unwilling Aliens, *Indicator*, p. 15; Matisonn, Aliens Have Many Years’ Respite in SA, p. 3.

⁸³ Mitchelson, Anti-Crime Blitz Should be Extended to All Suburbs, p. 7.

⁸⁴ S. Friedman, Action With Too Little Discussion, *Mail & Guardian*, p. 25, 24-30 mar. 2000.

do excesso ritual mediado pela massa, no sentido de produzir poder estatal e unidade nacional, que figura tão preeminentemente no segundo período pós-colonial. Aparentemente, este tipo de atividade simbólica funciona. Friedman observa que, de acordo com uma enquête do Conselho de Pesquisa de Ciências Humanas [*Human Sciences Research Council*], em Dezembro de 1998, a maioria dos cidadãos acreditava que o regime tinha perdido a sua capacidade de conter o crime e de assegurar a ordem pública. Agora, cerca de 60% acredita que *de fato* ele tem algum controle – apesar de não haver tido qualquer mudança na incidência de crimes sérios.

Significados, meios e fins

Geschiere e Nyamnjoh⁸⁵ argumentam que a crescente ênfase dada na África à autoctonia – e, de modo concomitante, à exclusão do *allogène*, do alienígena, do estrangeiro – difere de antigas ontologias de ser, pertencer e diferença, em vários aspectos importantes. De maneira mais notável, difere com respeito à etnicidade, com a qual partilha de muitas características, entre as quais, uma capacidade de despertar fortes sentimentos e de justificar a construção de fronteiras sociais inequívocas. Eles sugerem que a autoctonia é menos específica e de substância mais volátil. Os seus discursos flexíveis acomodam prontamente “uma mudança de um Outro para outro”. Assim, estão mais prontamente susceptíveis à manipulação política em diferentes níveis a uma só vez; até mesmo em reação aos tipos de processos econômicos e sociais precipitados por “fluxos globais aparentemente de fins não delimitados”. Contudo, pode-se dizer mais sobre a sua preeminência enquanto alegoria naturalizante de um ser-no-mundo coletivo; também sobre a sua preeminência enquanto um motor da ação coletiva. É inegável, entretanto, que na África do Sul pós-*apartheid*, a afronta a alienígenas *forneceu* um versátil brado às armas, unindo um povo há muito dividido por classe, cor e cultura: é *de fato* mobilizado entusiasticamente por aqueles que buscam evocar uma nação nova não apenas construindo uma ponte sobre antinomias já conhecidas, mas erguendo fronteiras finitas sob condições que, aparentemente, ameaçam dissolver completamente todos limites. E a dissolver, com estas fronteiras, as próprias coordenadas da

⁸⁵ Geschiere e Nyamnjoh, *Capitalism and Autochthony*, p. 423-425, 448.

comunidade material e moral. Nós já nomeamos aqui aquelas condições. Elas residem nas circunstâncias históricas particulares dos Estados-nação pós coloniais no final do século XX, na sua absorção por uma economia capitalista global cujos modos e meios alteraram padrões de produção e consumo fordistas, a natureza da soberania e da identidade cívica, as geografias do espaço e do tempo, e muito mais. Donde nossa insistência, anteriormente, em situarmos a nossa compreensão daqueles Estados-nação nas duras especificidades bem marcadas de sua segunda materialização, após 1989, e não em uma sociologia confortável de tipos ideais.

Na contrapartida teórica que anima este ensaio, vemos então aqui um tema: a conceituação de organizações políticas pós-coloniais. O presente escopo de nosso artigo não comporta uma “teorização” daquelas organizações – seja lá o que isto signifique neste momento na história do pensamento social ocidental. Entretanto, argumentamos que, por causa do modo com que estão inseridas na história mundial, elas evidenciam três características notáveis. Cada uma é a intensificação da condição do Estado-nação *sui generis* contemporâneo, cada uma sendo um corolário da fisionomia mutante do capitalismo, estão todas interligadas. A primeira característica é a transfiguração do sujeito político moderno: uma mudança que *parte de* um sentimento de pertencimento a uma comunidade imaginada homogeneamente de indivíduos portadores de direitos, *em direção a* um outro, no qual diferenças são endêmicas e irredutíveis, onde a organização política subsume pessoas com uma gama de identidades e titulações constituídas de maneiras diversas; que *parte de* uma ênfase na cidadania baseada em uma “fraternidade horizontal profunda” em que todas outras conexões são secundárias, *em direção a* uma outra em que cada pessoa da nação é alguém que “tem algumas fichas para apostar”, estando verticalmente enraizado, como plantas no chão de um jardim, em uma corporação de corpos; que *parte de* uma noção de que o elo de ligação pode ser igualmente adquirido por designação, residência, imigração e naturalização, *em direção ao* primado da autoctonia, tornando esta o modo mais “autêntico”, o mais essencial, da conexão. A segunda característica é a lógica contraditória de fronteiras soberanas: a necessidade simultânea de que elas sejam abertas a diferentes formas de fluxo – de finanças, trabalhadores, bens, consumidores, infraestrutura – e ainda assim suficientemente fixadas para oferecer vantagens competitivas para negócios globais

e para servir aos interesses materiais de uma cidadania nacional; dito de outro modo, para ajustar as diferenças e as distinções entre o local e o não local, a partir do que o capital transnacional possa a lucrar e as nações ricas possam a proteger as suas esferas de influência. A terceira característica é a despolítica da política, o seu deslocamento do reino do social e do cultural, do moral e do ideológico, para os ditames aparentemente isentos de valor do mercado – e as suas formas concomitantes de “racionalidade” legal e econômica. Também para os imperativos da natureza, seja como forem construídos, disseminados e tomados como algo dado.

Se juntarmos todos estes elementos, o pânico moral a alienígenas fica sobredeterminado. Tomemos os alienígenas humanos, por exemplo. A sua existência mesma corporifica a contradição das fronteiras e dos limites na era do capital global. Por um lado, ao cruzarem as fronteiras, levam valor para dentro do coração da organização política, seja como mão-de-obra barata e controlável para agronegócios ou para indústria, seja como negociantes que vendem mercadorias nativas mais barato para os consumidores locais, seja como pessoas com habilidades que outros não têm, seja como for. Por outro lado, os alienígenas são acusados de tomar empregos e benefícios do povo da nação, de minar as lutas de trabalhadores locais, de trazer doenças contagiosas, e, através do tráfico de drogas, de pessoas e do contrabando, de cometerem os piores tipos de crimes, aqueles crimes que desfazem o próprio tecido social. Ademais, a presença de estrangeiros levanta questões delicadas acerca de mudanças essenciais na cidadania política da pós-colônia: dado que a África do Sul, como outros Estados-nação, toma os direitos humanos como fetiches – isto é, direitos que transcendem identidades paroquiais e todo tipo de fronteiras –, será que forasteiros não deveriam gozar destes mesmos direitos como qualquer autóctone? O que, precisamente, deve separar os direitos que possui o cidadão daqueles direitos que possui qualquer outro ser humano? Com base em que se justifica a discriminação contra alienígenas em uma sociedade dedicada ao “não-racismo”, em uma cultura nacional incipiente que fala a língua de *ubuntu*, um africanismo comum? Dada a apoteose do mercado livre, por que deveriam ser os estrangeiros os alvos do protecionismo local? Isto, em suma, é onde a ideologia liberal de inclusão universal vai de encontro a uma política de exclusão através da qual a identidade é mobilizada para criar esferas “fechadas” de interesse em meio a economias neoliberais

“abertas”. Note-se aqui, também, a despolitização da política, no tratamento do alienígena-como-espectro, no deslocamento do estrangeiro para dentro de um discurso tecnicista sobre demografia e sociologia econômica, sobre saúde e doença, sobre patologia social e criminalidade.

Muito do que foi dito acima vale para a vegetação alienígena. Já vimos como a vegetação pode ser, a um só tempo, o sustento de uma pessoa e o apocalipse de outra. A transição por entre fronteiras, tanto entre plantas quanto entre pessoas, elucida todas as contradições da abertura e do fechamento, da regulamentação e desregulamentação, do ser outro e da nacionalização: afinal, o jacarandá *é mesmo* “quase a árvore nacional”, um sul-africano naturalizado? Ou é um contrabando odioso? O simples fato de que esta árvore se tornou matéria de comentários irônicos sobre racismo subliminal e limpeza étnica – coisa impensável há pouquíssimo tempo – demonstra o quanto implodiu a preocupação com fronteiras, pertencimento, autoctonia e nação-alienígena muito recentemente. Estamos, é claro, a um passo de nos colocar as mesmas questões acerca dos humanos. Afinal, quem *é* sul-africano? Como foi sugerido, a transposição para dentro do reino floral de questões profundamente políticas é uma instância do processo de des-politização de que falamos antes. É evidente que os efeitos da vegetação importada sobre o fogo e a enchente *levanta* questões importantes de ecologia – já dissemos que *não* se deve subestimar a gravidade destes problemas. Entretanto, é patente que os esforços de se construir uma nação com referência a uma retórica de exclusão, uma retórica cuja validade se funda nas exigências aparentemente neutras da Botânica e das ciências do meio-ambiente, constituem uma instância convincente da naturalização. Voltamo-nos, agora, a esta retórica.

Gostaríamos de fazer, contudo, antes disto, um breve parêntesis. É óbvio que a África do Sul não é a única nação obcecada com estrangeiros e com natureza estrangeira. Já afirmamos que se encontram as mesmas ondas de pânico moral em muitos países, alguns dos quais são pós-colônias, outros, não. Todos estes Estados-nação têm um traço em comum: todos são antigos importadores de mão de obra e centros de capital – e, deste modo, são nichos de riqueza em uma economia mundial extremamente desigual. Na imaginação popular, são nações para dentro das quais chovem hordas de desempregados e de pessoas buscando fortuna, normalmente passando por fronteiras mal reguladas, grupos humanos que vêm

tomar o pouco trabalho e os escassos recursos da população local. Este pesadelo padronizado evoca justamente as mesmas ansiedades que aquelas às quais aludimos na África do Sul. Como é sabido, este pesadelo tem antecedentes históricos. Pânicos semelhantes sobre imigração e pertencimento, sobre inclusão e exclusão, ocorreram também ao final de eras imperiais, quando as pessoas das “antigas propriedades além-mar” procuraram entrar no “país império”, e descobriram que não só lhes era impedida a cidadania, enquanto colonos, como todos os benefícios soberanos ligados a ela.

No entanto, isto nos deixa com um tópico ainda não esclarecido: por que a *natureza*? Aqui encontra-se o outro fio de nossa argumentação teórica. Este diz respeito à naturalização. As seguintes afirmações são centrais à nossa argumentação: (a) que o fogo apocalíptico no Cabo, subdeterminado pelos próprios eventos próximos a ele, tornou-se o pára-raios para um pânico à vegetação não-nativa, um pânico (b) que cristalizava medos não organizados acerca da natureza estrangeira, nomeando estes medos e trazendo-os para o centro da discussões públicas; (c) que isto se deve, de maneira sobredeterminada, ao fato de que a ansiedade com respeito à flora estrangeira, ainda que em si e por si mesmo bastante real, era uma ansiedade, ao mesmo tempo, que representava uma projeção metonímica de questões mais profundas que se colocavam ao Estado pós-colônia acerca da natureza das suas fronteiras soberanas, acerca do direito à cidadania dentro deste Estado, acerca do significado e da paixão inerentes ao pertencimento nacional – e, em particular, acerca da tendência em se invocar a autoctonia para se responder àquelas questões, tanto pragmática quanto simbolicamente.

A naturalização se insere neste quadro precisamente aqui. Como já lembramos, classicamente a naturalização tem duas conotações contrárias. Uma delas é a assimilação de pessoas, signos e práticas estrangeiras para dentro de um mundo-original; o seu protótipo é a metamorfose de forasteiros em cidadãos do Estado-nação liberal. A outra conotação, cuja genealogia vai desde Marx, passando por Gramsci, até Foucault, é a extensão da natureza enquanto álibi, enquanto alegoria fértil para se tomar *al-gumas* pessoas e objetos como estranhos, autenticando assim os limites da ordem (“natural”) das coisas; também para interpolar em si novas distinções sociais e políticas. É tentador, no caso da África do Sul, evocar ainda mais uma conotação – uma conotação que tem sua origem em Durkheim

– de acordo com a qual processos na natureza são tomados como reflexo direto de processos na sociedade. Alguns comentaristas locais fizeram exatamente isto, como vimos, ao encontrar no pânico a plantas invasoras um espelho para a angústia sobre imigrantes. Uma tal leitura dos eventos, contudo, é insuficiente. A natureza está em toda parte implicada de modo mais direto e dinâmico nas práticas sociais através das quais a história e a ideologia constituem-se uma à outra. A controvérsia que se desdobrou sobre plantas nativas e natureza alienígena se tornou o veículo de um debate público, ainda sem desfecho, acerca da constituição adequada da organização política, acerca dos limites do pertencimento, acerca dos termos com que se devem constituir a nação, o bem-estar comum e os sujeitos com riqueza em uma era de capitalismo global e de direitos humanos universais. Ao fazer isto, a controvérsia permitiu que se desse voz a ansiedades e questões enigmáticas que dificilmente são tratadas pela política-de-todo-dia. Mais, o deslocamento do argumento sobre alienígenas para dentro do reino vegetal possibilitou, por analogia, que se contemplasse e legitimasse a discriminação aos humanos não inseridos no corpo da nação, aqueles à deriva no fluxo da nova ordem mundial. E, ainda que não intencionalmente, acabou por sancionar uma nova forma, pós-racista, de racismo que, ao se disfarçar na linguagem da autoctonia e da natureza alienígena, passou a coexistir lado a lado com a cultura transnacional de direitos humanos.

Discursos sobre a natureza, conseqüentemente, esclarecem sobremaneira as ações e os eventos cotidianos através dos quais definições de pertencimento e de cidadania – e a sua face oculta, a política de exclusão – estão sendo repensadas na pós-colônia. Eles jogam luz, em particular, sobre a questão de por que motivo a autoctonia – uma forma de vínculo que liga pessoas a lugares, que naturaliza a nação, que autoriza a titulação – tornou-se tão central em uma época em que o sentimento de nação parece a um só tempo fundamental e ainda assim em crise, quando fronteiras em todo mundo se apresentam como paradoxos, quando uma imaginação política atormentada se esforça por compreender o que é ser social em um mundo de *laissez-faire*.

Tradução de Andréa Fachel Leal
Revisão técnica de Ondina Fachel Leal

Referências

- ACOCKS, J. *Veld Types of South Africa*. Botanical Survey of South Africa, Memoir 28, 1953.
- ADAM, H.; SLABBERT, F. van Zyl; MOODLEY, K. *Comrades in Business: Post-Liberation Politics in South Africa*. Cape Town: Tafelberg, 1998.
- ADAMSON, R. Vegetation of the South-West Region. In: _____. *The Botanical Features of the South-Western Cape Province*. Cape Town: The Specialty Press of South Africa, 1929. p. 15-39.
- _____. The Cape as an Ancient African Flora. *The Advancement of Science*, XV, 58, p. 118-127, 1958.
- ANDERSON, B. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1983.
- APPADURAI, A. Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy. *Public Culture*, n. 2, 1990.
- BAYART, J. *The State in Africa: Politics of the Belly*. New York: Longman, 1993.
- BERLAND, L. *The Anatomy of National Fantasy: Hawthorne, Utopia and Everyday Life*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- BOLUS, H. Sketch of the Flora of South Africa. In: NOBLE, J. (Ed.). *The Official Handbook of the Cape of Good Hope*. Cape Town: The Columbian and Indian Exhibition Committee, 1886. p. 286-317.
- BOND, W. What Important Questions Remain Unanswered in the Fynbos Biome. In: MARAIS, C.; RICHARDSON, D. (Ed.). *Monitoring Requirements for Fynbos Management*. A Collaborative Report of the Fynbos Forum Group, Foundation for Research Development Programme, Report Series, n. 11, December 1993. p. 13-17.
- CARR, G.; ROBIN, J.; ROBINSON, R. Environmental Weed Invasion of Natural Ecosystems: Australia's Greatest Conservation Problem. In: GROVES, R.; BURDEN, J. (Ed.). *Ecology of Biological Invasions: an Australian Perspective*. Canberra: Australian Academy of Science, 1986.

CODY, M.; MOONEY, M.; MOONEY, H. Convergence Versus Non Convergence in Mediterranean-Climate Ecosystems. *Annual Review of Ecology and Systematics*, n. 9, p. 265-321, 1978.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. L. Alien-nation: Zombies, Immigrants, and Millennial Capitalism. *Codesria Bulletin*, v. 4, n. 3, p. 17-28, 1999.

_____. Millennial Capitalism: First Thoughts on a Second Coming. In: COMAROFF, J. L.; COMAROFF, J. (Ed.). Millennial Capitalism and the Culture of Neoliberalism. *Public Culture* (Special Edition), v. 2, n. 12, p. 291-343, 2000.

_____. *Civil Society and the Political Imagination in Africa: Critical Perspectives*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

COOMBE, R. *The Cultural Life of Intellectual Properties: Authorship, Appropriation and the Law*. Durham: Duke University Press, 1998.

COWLING, R.; RICHARDSON, D. *South Africa's Unique Floral Kingdom*. Cape Town: Fernwood Press, 1995.

COWLING, R.; MAITRE, D. Le; MCKENZIE, B.; PRYS-JONES, R.; WILGEN, B. Van (Ed.). *Disturbance and the Dynamics of Fynbos Biome Communities*. A Report of the Committee for Terrestrial Ecosystems. South African National Scientific Programmes, Report n. 135. Pretoria: Foundation for Research Development, Council for Scientific and Industrial Research, 1987.

CRONON, W. *Changes in the Land: Indians, Colonists, and the Ecology of New England*. New York: Hill & Wang, 1983.

CRUSH, J.; JEEVES, A.; YUDELMAN, D. *South Africa's Labour Empire: A History of Migracy to the Gold Mines*. Cape Town: David Philip, 1991.

DARIAN-SMITH, E. *Bridging Divides: The Channel Tunnel and English Legal Identity in the New Europe*. Berkeley: University of California Press, 1999.

DAVIDSON, B. *The Black Man's Burden: Africa and the Curse of the Nation-State*. New York: Times Books, 1992.

DAVIS, M. Los Angeles after the Storm: The dialectic of Ordinary Disaster. *Antipode*, n. 27, p. 221-241, 1995.

DAY, J.; SIEGFRIED, W.; LOUW, G.; JARMAN, M. (Ed.). *Fynbos Ecology: A Preliminary Synthesis*. South African National Scientific Programmes, Report n. 40. Pretoria: Foundation for Research Development, Council for Scientific and Industrial Research, 1979.

DUBOW, S.; MARKS, S. *Patriotism of Place and Race: Keith Hancock on South Africa*. London, 2000. Artigo não publicado.

EL-HAG, Abu N. *Genetic Research and the Politics of Identity at the Turn of the Millennium*. Chicago, 2000. Proposta de pesquisa não publicada.

FAKIR, M. *Biodiversity and Biotechnology in South Africa: Some Issues for the Development of future Policy*. Land and Agriculture Policy Centre, Working Paper 3, University of the Witwatersrand, 1994.

FRASER, M.; MCMAHON, L. *A Fynbos Year*. Cape Town: David Philip, 1988.

GANDAR, M.; FORSTER, S. *Impact of Commercial Afforestation on Rural Areas of South Africa*. Land and Agriculture Policy Centre, Policy Paper 14, University of the Witwatersrand, 1994.

GESCHIERE, P.; COMAROFF, J. L. (Ed.). Millennial Capitalism and the Culture of Neoliberalism. *Public Culture* (Special Edition), v. 2, n. 12, p. 423-452, 2000.

HABERSON, J.; ROTHCHILD, D.; CHAZAN, N. (Ed.). *Civil Society and the State in Africa*. Boulder: Lynne Rienner, 1994.

HALL, A. Invasive Weeds. In: DAY, J.; SIEGFRIED, W.; LOUW, G.; JARMAN, M. (Ed.). *Fynbos Ecology: A Preliminary Synthesis*. South African National Scientific Programmes, Report n. 40. Pretoria: Foundation for Research Development, Council for Scientific and Industrial Research, 1979.

HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford: Blakwell, 1990.

HARVEY, W.; CAPENSIS, Flora. *Being a Systematic Description of the Plants of the Cape Colony, Caffraria and Port Natal*. Dublin: Hodgess, Smith & Co, 1859-65.

HEGEMAN, S. Shopping for Identities: A Nation of Nations and the Weak Ethnicity of Objects. *Public Culture*, v. 2, n. 3, p. 71-92, 1991.

- KORTEN, D. *When Corporations Rule the World*. East Hartford CT: Kumarian Press, 1996.
- KRUEGER, F. (Org.). *A Description of the Fynbos Biome Project*. A Report of the Committee for Terrestrial Ecosystems, National Programme for Environmental Sciences. Pretoria: Cooperative Scientific Programmes, Council for Scientific and Industrial Research, 1978.
- LEVYNS, M. The Flora of the Cape Mountains. *Journal of the Mountain Club of South Africa*, n. 39, p. 16-20, 1936.
- MACDONALD, I.; JARMAN, M.; BEESTON, P. (Ed.). *Management of Invasive Alien Plants in the Fynbos Biome*. South African National Scientific Programmes, Report n. 111. Pretoria: Foundation for Research Development, Council for Scientific and Industrial Research, 1985.
- MANDERS, P.; RICHARDSON, D. Colonization of Cape Fynbos Communities by Forest Species. *Forest Ecology and Management*, n. 48, p. 277-293, 1992.
- MANDERS, P.; RICHARDSON, D.; MASSON, P. Is Fynbos a Stage in Succession to Forest? Analysis of the Perceived Ecological Distinction Between Two Communities. In: WILGEN, B. Van; RICHARDSON, D.; KRUGER, F.; HENSBERGEN, H. Van (Ed.). *Fire in South African Mountain Fynbos*. Berlin: Springer-Verlag, 1992. p. 81-107. (Ecological Studies, v. 93).
- MARLOTH, R. Notes on the Question of Veld-Burning, *South African Journal of Science*, n. 21, p. 342-345, 1924.
- MBEMBE, A. Provisional Notes on the Postcolony. *Africa*, v. 1, n. 62, 1992.
- MOLL, E.; MOLL, G. *Common Trees of South Africa*. Cape Town: Struik, 1994.
- MUNNIK, L. Foreword. In: STIRTON, C. (Ed.). *Plant Invaders: Beautiful But Dangerous*. Cape Town: Department of Nature and Environmental Conservation, 1978.
- RENSBERG, T. Van. *An Introduction to Fynbos*. Pretoria: Department of Environment Affairs, Bulletin 61, 1987.

- RICHARDSON, D.; COWLING, R. Why is Mountain Fynbos Invasible and Which Species Invade? In: WILGEN, B. Van; RICHARDSON, D.; KRUGER, F.; HENSBERGEN, H. Van (Ed.). *Fire in South African Mountain*. Berlin: Springer-Verlag, 1992. p. 161-181. (Ecological Studies, v. 93)
- ROITMAN, J. The Garison-Entrepôt. *Cahiers d'Etudes Africaines*, 150-152, XXXVIII, v. 4, n. 2, p. 297-329, 1998.
- STIRTON, C. (Ed.). *Plant Invaders: Beautiful But Dangerous*. Cape Town: Department of Nature and Environmental Conservation, 1978.
- WACE, N. Naturalized Plants in the Australian Landscape. In: HEATHCOTE, R. (Ed.). *International Geographical Congress 1988, The Australian Experience*. Melbourne: Longman Chesire, 1988. p. 139-150.
- WORBY, E. Tyranny, Parody, and Ethnic Polarity: Ritual Engagements with the State in Northwestern Zambia. *Journal of Southern Studies*, v. 3, n. 24, p. 560-578, 1998.
- WYK, B. Van; GERICKE, N. *People's Plants: A Guide to Useful Plants of South Africa*. Pretoria: Briza, 2000.

* *Agradecimentos*. Acumulamos inúmeras dívidas na elaboração deste artigo. A primeira delas é ao nosso filho, Joshua Comaroff, um arquiteto cujo conhecimento especializado em paisagens nos levou a várias discussões sobre o tema; ele estava conosco na Cidade do Cabo durante a ocorrência dos eventos aqui descritos, e participou na formulação da nossa análise desses eventos. Najwa Hendrickse, da Biblioteca Nacional da África do Sul, ajudou em nossa tarefa de documentação, fazendo muito mais do que o esperado para localizar textos obscuros. James Drummond, um geógrafo da Universidade do North West, alertou-nos para muitas referências relevantes e para muita informação crucial, sendo ele próprio uma fonte generosa e inesgotável. David Bunn e Steven Robbins (Universidade de Western Cape), foram, como sempre, interlocutores essenciais: nossa conversa interminável com eles informa a maior parte do que fazemos na África do Sul. Por fim, Maureen Anderson, nossa Assistente de Pesquisa, paciente e criativa, na Universidade de Chicago, agüentou o nosso fluxo usual de questões difíceis e de pedidos pouco usuais. A todos eles, nossos sinceros agradecimentos. Uma versão anterior, mais longa e um pouco modificada deste ensaio foi publicada em Israel em *Hagar: International Social Sciences Review*, 1, 1, p. 7-40, 2000.